

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE JARDIM MS
COORDENAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA**

TOMAS PATROCINIO

**MITOLOGIA TERENA COMO MAQUINA DE GUERRA
PARA A RETOMADA DAS TERRAS BURITI**

**JARDIM-MS
2013**

TOMAS PATROCINIO

**MITOLOGIA TERENA COMO MAQUINA DE GUERRA
PARA A RETOMADA DAS TERRAS BURITI**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Coordenação do Curso de Geografia da Universidade
Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de
Jardim MS, como pré-requisito para obtenção do grau de
Licenciado em Geografia.

Orientadora: Prof.^a Dra. Sandra Cristina de Souza

**JARDIM-MS
2013**

TERMO DE APROVAÇÃO

TOMAS PATROCINIO

Trabalho de Conclusão de Curso aprovado como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciado em Geografia, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, pela seguinte Banca Examinadora:

APROVADO: ___/___/___

Profa. Dra. Ana Maria Soares de Oliveira
Presidente da Banca

Jardim - MS
2013

DEDICATÓRIA

Quero tributar a Deus toda honra e glória por ter chegado até aqui, tudo foi possível por conta do seu grande amor e cuidado para com a minha vida.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais Agenor Patrocínio (*in memoriam*), e Esther da Silva Patrocínio que doaram parte de suas vidas para a formação do meu caráter.

À minha amada esposa Deborah, fiel companheira nessa caminhada, e às minhas filhas Ingrid e Iasmim que têm sido minha motivação para a luta e crença de que tudo é possível.

À minha orientadora Prof.^a Dra. Sandra Cristina de Souza, por sua dedicação e preocupação em incentivar a estrutura do trabalho e apresentação nessa fase final do meu curso.

À minha “heroica” e resiliente etnia Terena e aos nossos guerreiros que lutam bravamente para a preservação de nossa cultura.

Ao grande guerreiro Oziel Gabriel (*in memoriam*), “mártir” Terena que se transformou em um símbolo de luta pela sobrevivência e por acreditar no êxito dos embates pelas Terras Tradicionais em favor da geração futura.

A todos os meus professores que doaram seus conhecimentos contribuindo, assim, para o meu crescimento acadêmico e profissional.

Aos meus amigos que compartilharam momentos hilários, em nosso velho e querido banco, na “rodinha do tereré”: Oscar Bambil (Nanico), Alan R. Vareiro (Xiboco), Marcos Lopes (Pera), Nixon Vieira (Nico), Cleiton Messias (Pé), Kenerson Riquelme (Kinder), Carlos Peixoto (Godines), Tatiane Servim (Duquesa), Silvia Pimenta (Pimenta), Nadia Bevilacqua (Miss), Marcieli Moura (Feia) e Stafaniely Ian (Téfinha). Vivemos momentos marcantes, nos quais expressamos nossos risos e compartilhamos nossas dificuldades acadêmicas.

RESUMO

O foco deste trabalho é a participação dos Terena no processo de retomada das Terras indígenas, das aldeias da região que abrange as cidades de Sidrolândia e Dois Irmãos do Buriti, no mês de maio de 2013. As chamadas “retomadas” ganharam força quando motivadas, de forma paulatina, pela história contada pelos anciãos, que são os detentores e atores de um enredo histórico desconhecido dos relatos da história oficial. Discutir o assunto sem estar respaldado nas histórias contadas pelos ancestrais dos Terena é contrapor o pragmatismo empírico de uma etnia rica e emblemática que procura estabelecer uma relação de afeto e pertencimento com o seu território. A luta pelas Terras tradicionais vem ganhando força nesse novo cenário onde os indígenas, de forma inteligente e articulada, propõem ao Estado brasileiro agilidade em demarcar suas áreas já reconhecidas como Terras tradicionais de seus antepassados por laudos antropológicos elaborados pela FUNAI. Durante o processo das retomadas surgiu, na nova geração de índios Terena, uma força, determinação e coragem, desconhecidos até então, como resultado da leitura do empirismo indígena Terena, feito pelos anciãos, e serviram para formar uma base sólida para os enfrentamentos que reacenderam na década de 2000. Já em 1930 essa tomada de posição era percebida pelo Estado, característica da “máquina de guerra” não estatal e bélica, e sim de um povo indígena que ao longo do tempo seriam metamorfoseados realizando a quebra de alguns paradigmas do então “tutelador” do índio. Segundo (DELEUZE-GUATTARI, 1997, p.64), “um equilíbrio de forças é um fenômeno de resistência, ao passo que o revide implica uma precipitação ou uma mudança de velocidade que rompem o equilíbrio. O uso do termo Máquina de Guerra não significa que o Estado, reino ou império constituem um poderio bélico e aparato militar para enfrentar seus inimigos internos ou externos, mas mostra que é sempre exterior às diversas formas de Estado surgidas ao longo da história.” A proposta deste trabalho é discutir como o conceito de máquina de guerra de Deleuze-Guattari (1997) pode ajudar na compreensão da mobilização dos Terena nos embates pelas Terras tradicionais em Dois Irmãos do Buriti e Sidrolândia, que culminou com a morte de Oziel Gabriel, guerreiro Terena morto a tiro no dia 30 de maio de 2013. Procuramos demonstrar que o povo Terena utilizou sua mitologia, caracterizada pela camada social de guerreiros (*shuna-asheti*, na língua Terena), para reforçar a necessidade de esses homens assumirem seu potencial de mobilização, treinamento e ação em prol da retomada de seu território tradicional.

Palavras chaves: Guerreiros Terena, Terras Buriti, Mitologia, Máquina de Guerra.

ABSTRACT

The focus of this work is the participation of the Terena resumption of Indigenous Lands process, the villages of the region encompassing the cities of Sidrolândia and Two Brothers Buriti, in May 2013. Calls "resume" gained strength when motivated, up steadily, the history told by the elders, who are holders of an unknown actors and plot historical accounts of the official story. Discuss it without being grounded on the stories told by ancestors of Terena is to oppose the empirical pragmatism of a rich and emblematic ethnic group that seeks to establish a relationship of affection and belonging to their territory. The fight by traditional lands has been gaining strength in this new scenario where indigenous, intelligent and articulate manner, propose the Brazilian State agility demarcate their areas already recognized as traditional lands of their ancestors by anthropological reports prepared by FUNAI. During the process of resume appeared in the new generation of Indians Terena, a strength, determination and courage, hitherto unknown as a result of reading the Terena indigenous empiricism, performed by elders and served to form a solid basis for the confrontations that rekindled in the 2000s. Already in 1930 this stance was perceived by the state, characteristic of the "war machine" and nonstate war, but an indigenous people who over time would be performing metamorphosed to break some paradigms then the "tutelary" the Indian. Second (Deleuze - Guattari 1997, p.64), "a balance of power is a phenomenon of resistance, while the retort implies a precipitation or a change in velocity that disrupt the balance. The use of the term War Machine does not mean that the state, kingdom or empire are a military power and military apparatus to meet its internal and external enemies, but shows that it is always exterior to the various forms of state emerged throughout history." A this paper we discuss how the concept of Deleuze - Guattari war (1997) machine may help in understanding the mobilization of Terena clashes in the traditional lands in Two Brothers and Buriti Sidrolândia, which culminated in the death of Gabriel Oziel warrior Terena shot dead on May 30, 2013. We demonstrate that the Terena people used their mythology, characterized by social layer Warriors (Shuna - asheti in Terena language), to reinforce the need for these men take their potential for mobilization, training, and action in favor of the resumption of their traditional territory.

Key words : Warriors Terena, Lands Buriti, Mythology, War Machine.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Localização das reservas Terena, em Mato Grosso do Sul.

Figura 2- Fazenda Buriti, cerca de 20 km de Sidrolândia.

Figura 3- Área em branco - reserva indígena atual; traço em vermelho - área definida por meio do Laudo antropológico da FUNAI de 2006.

Figura 4- O Estado do Mato Grosso do Sul, com a indicação da Terra Indígena Buriti.

Figura 5- Guerreiros Terena prontos para a retomada das Terras Buriti

Figura 6- Guerreiros Terena no plantio

LISTA DE SIGLAS

AGU- Advocacia Geral da União

CIGCOE- Companhia Independente de Gerenciamento de Crises e Operações Especiais

CIMI- Conselho Missionário Indigenista

FNSP- Força Nacional de Segurança

FUNAI- Fundação Nacional do Índio

GT- Grupo de Trabalho

MJ- Ministério da Justiça

MPF- Ministério Público Estadual

PUC- Pontifícia Universidade Católica

PF- Polícia Federal

SPI- Serviço de Proteção ao Índio

UFMS- Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

UNESCO- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (*United Nations Educational, Scientific & Cultural*)

UNICAMP- Universidade Estadual de Campinas

UNICEF- Fundo das Nações Unidas para a Infância (*United Nations Children's Fund*)

PIB – Produto Interno Bruto

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1. PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS.....	14
1.1 Pressupostos teóricos.....	14
1.2 Pressupostos metodológicos.....	21
2. CONFLITOS TERRITORIAIS NA COMUNIDADE TERENA.....	24
3. SHUNA'ASHETI – GUERREIROS TERENA.....	33
3.1 Breve cronologia do movimento das retomadas das Terras Buriti 2007/2013.....	34
4. ORGANIZAÇÃO SOCIAL TERENA – SEPARAÇÃO EM QUATRO CLASSES.....	44
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	52
REFERÊNCIAS.....	54
ANEXOS – Relato e Entrevistas.....	59
ANEXO 1 - Relato do ancião Noel Patrocínio.....	60
ANEXO 2 - Entrevista com os guerreiros.....	62

INTRODUÇÃO

A noção de território, espaço, lugar e pertencimento são aspectos sufragados na assimilação do grupo pesquisado (os *shuna'asheti* ou *chuná-acheti*), que são os guerreiros, e, por conta dessas vertentes estarem internalizadas na cultura, é que vêm à tona os embates pelas Terras Tradicionais.

No perfil das redes sociais dos Terena encontramos essa frase: *“No passado, as nossas armas sempre foram o arco e flecha; hoje usamos o papel e a tinta”*. Essa é a máxima usada pelos que têm acesso às redes sociais, evidenciando a inserção da etnia no âmbito da rede mundial fazendo ecoar nos quatro cantos do mundo os seus gritos de repúdio à ideologia do homem branco, contrária ao processo da demarcação das Terras Tradicionais.

Segundo Hall (2003, p. 13), a identidade é a relação que o indivíduo utiliza para estabelecer relação entre si e o exterior (o “mundo”, os indivíduos que compõem seu grupo social ou com os quais convive). O que fica muito claro quando Noel Patrocínio¹, professor aposentado, e ancião da aldeia do Buriti, filho de André Patrocínio, nos conta a ida de seu pai ao Rio de Janeiro em 1930, para questionar o tamanho da área de 2090 hectares medida na época pelo SPI. Patrocínio narra os meios que foram usados para levantar o dinheiro da viagem ao Rio de Janeiro:

“O cacique falou: “Eu preciso mandar, André, esses companheiros, mas não tenho recursos, precisamos dar um jeito e temos que ir logo, não podemos deixar isso esfriar”. Meu pai disse o seguinte; “Então, cacique, forme a sua comissão, escolha os companheiros e deixa a parte do recurso pra mim, que eu vou providenciar”. E ele retrucou: “Mas André, como você vai providenciar esse recurso?” E meu pai continuou: “Eu tenho aí uns tourinhos, separo alguns e vou vender e apurar esses recursos pra você mandar essa comissão”. E o cacique, surpreso respondeu: “Mas você faz isso?”, e meu pai: “Eu vou fazer. Pode formar a comissão.” A partir daí meu pai separou os tourinhos que ia vender e os vendeu para um fazendeiro chamado Zeca Ananias, dono de uma fazenda que atualmente está localizada dentro desses 17.000 hectares. Meu pai foi até a fazenda dele e ofereceu os touros e o fazendeiro falou: “Eu compro porque você está precisando vender”. Meu pai pegou o dinheiro e deu ao cacique Joaquim Teófilo, que disse: “agora é só marcar o dia para a viagem”. O cacique já havia escolhido a comissão para ir até ao Rio de Janeiro e o meu pai foi um dos escolhidos.

¹ Noel Patrocínio, 82, professor aposentado, nascido em 09/06/1931 e residente na aldeia Buriti.

Foram em três. Eu me lembro do nome do terceiro foi um tal de Ernestinho, mas aqui na aldeia naquela época tinha mais que um Ernestinho. Os nomes que eu lembro que meu pai falou foram de André Patrocínio, o meu pai, e o saudoso “tio Bastião”, Sebastião Delgado. O “tio Bastião” tinha uma caligrafia que era uma maravilha, conversava muito bem e dominava fluentemente o idioma terena.²

Existem anciãos que detêm a história na forma oral, e essa vertente empírica é bem notável nos contos desses homens octogenários, indígenas ainda lúcidos que nasceram nessas terras e que pretendem encerrar o seu ciclo de vida dentro delas onde, segundo eles, estão sepultados os seus ancestrais e familiares.

A proposta do capítulo 1 é procurar apresentar a Geografia Cultural como uma ciência que tem um papel importante no processo de abordagem dos temas cujos pressupostos teóricos e metodológicos e o empirismo, presentes na oralidade dos anciãos indígenas, darão um norte ao trabalho quanto às questões relacionados à situação dos Terena no século XXI, na luta pelos seus territórios originais. Segundo Paul Charles Christophe Claval, a Geografia Cultural tem a capacidade de incorporar conteúdos simbólicos fundamentais que levam homens e grupos a valorar suas ações e relações com o espaço e com outros homens sob diferentes formas, realçando o papel simbólico da cultura. (CLAVAL, 1997).³

Propomos ainda, nesse capítulo, situar a etnia Terena no seu território, atualmente, procurando analisar alguns parâmetros de relação de identidade com o espaço habitado por ela. Por tradição histórica e cultural, o indígena Terena tem uma relação de “estreitamento” com o lugar, sendo um processo natural, como uma herança passada e guardada de geração em geração, com muito respeito, com o pensamento de preservação.

A abordagem estabelecida para o capítulo 2 está voltada para a realidade que marcou a história da etnia Terena no segundo semestre de 2013: os conflitos territoriais travados com os proprietários das fazendas que fazem fronteira com as aldeias das Terras Buriti. O foco atual dos Terena são as retomadas das Terras Tradicionais, fundamentados em levantamentos antropológicos e arqueológicos, que provam que as áreas na região de Sidrolândia e Dois Irmãos do Buriti sempre lhes pertenceram.

A mídia eletrônica em MS (neste caso o Jornal Eletrônico Campo Grande News) focalizou suas reportagens nas questões relativas aos índios da aldeia Buriti e região, sendo

² Entrevista realizada na aldeia do Buriti em 25/07/2013 com Noel Patrocínio, 82, professor aposentado, nascido em 09/06/1931 e residente na aldeia Buriti.

³ Disponível em http://www.uninove.br/PDFs/Publicacoes/eccos/eccos_v2n1/eccosv2n1_resenhaseresumos.pdf Acessado no dia 01/11/2013

estes que saíram em busca de seus direitos constitucionais protagonizando uma história de lutas e conquistas nesses últimos anos.

Segundo Eremites de Oliveira & Pereira, (2007), (2012), Buriti foi a última área Terena reservada e hoje ocupada tradicionalmente, pelo menos desde o século XIX.⁴

O capítulo 3 está focado na Mitologia Terena como a Maquina de Guerra, e nas questões relacionadas à defesa do território indígena pelos guerreiros, os chamados *shuna'asheti* ou *chuná-acheti*.

Segundo Deleuze sobre a Maquina de Guerra:

Esse aparelho conceitual é construído a partir de um agenciamento coletivo, um encontro de afetos e perceptos. Constituindo-se como um evento singular, transformado em objeto móvel e fluido ao desenvolver trajetos e linhas de fuga pela superfície histórica, estabelecida, pela lógica da nomadologia, outros percursos que não os institucionalizados pelos aparelhos de controle do Estado e suas derivações. (DELEUZE & GUATTARI, 1997, pp.66,67)

É a maquina de guerra dessa etnia sufragando a mente dos guerreiros, que têm no em seu interior cultural mitos, crenças, tradições, afetos e ideários tribais, todos esses respaldados e bem internalizados, encorajando-os para o enfrentamento em defesa de seus territórios garantidos pela Constituição Brasileira de 1988.

⁴ Disponível em <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/520726-o-vinculo-dos-terena-de-buriti-com-a-terra-que-reivindicam-e-historico-e-cultural-entrevista-especial-com-levi-marques-pereira>. Acessado em 1 nov. 2013.

CAPÍTULO 1 - PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS

1.1 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS

É papel importante da Geografia, como ciência, abordar temas relacionados à geografia cultural, mais especificamente tratado aqui, sob o invólucro das questões sociais e modernas do mundo civilizado e tecnológico que a etnia Terena se encontra inserida, em um país que vive momentos de conflitos em seu território por disputas de terras onde paira a lei do mais forte, em voga nas questões nacionais, que são os conflitos armados dos indígenas brasileiros, que sempre ficam em desvantagem na luta contra a suposta “burguesia” brasileira.

O interesse dos geógrafos pelos problemas culturais nasceu na mesma época da Geografia Humana, final do século dezenove.

Podem-se destacar três momentos no seu desenvolvimento: O primeiro acontece no final do século dezenove até os anos cinquenta, quando os geógrafos adotavam uma perspectiva positivista ou naturalista, não estudando a dimensão psicológica ou mental da cultura. O interesse voltava-se para os aspectos materiais da cultura, as técnicas, as paisagens e o gênero de vida. As representações e as experiências subjetivas dos lugares foram completa e voluntariamente esquecidas. Contudo, a contribuição desse período também foi importante. Essa perspectiva mostrou que os aspectos culturais fundamentais para a Geografia inserem-se em três domínios: Das relações homens/meio ambiente, por meio do estudo do meio humanizado, da paisagem, das técnicas e das densidades; das relações sociais, a partir do estudo das instituições, da comunicação e da difusão das ideias e das técnicas; da organização regional e do papel dos lugares. Essa classificação permanece útil para o entendimento dos problemas atuais, [...]. O segundo momento ocorre nos anos sessenta e setenta: a evolução da Geografia Cultural deu-se numa tentativa de utilizar os resultados da “Nova Geografia” para uma sistematização metodológica. O terceiro momento se dá após os anos setenta, quando ocorreu uma mudança significativa, haja vista a Geografia Cultural deixar de ser tratada como um subdomínio da geografia humana, posicionando-se no mesmo patamar da Geografia Econômica ou da Geografia Política.⁵ (CLAVAL, 1999; BONNEMAISON, 2001 p.1).

Para tratarmos do caso da etnia Terena que vive um momento de expectativa em relação à retomada Terena de suas terras, utilizaremos os conceitos de Território de Haesbaert (2004) e Milton Santos, (1994) bem como de Etnodesenvolvimento e perspectivismo,

⁵ Disponível em <http://www.mercator.ufc.br/index.php/mercator/article/viewFile/192/158>. Acessado em 13 jul. 2013.

respectivamente de Souza Lima (2002) e Viveiros de Castro (2002), uma vez que a crítica da sociedade envolvente, cuja economia é baseada na atividade agropastoril, é a de que os indígenas utilizam mal o seu território e, portanto, não fazem jus à sua posse, como o fazem os representantes dos latifundiários, opositores à ocupação de terras por indígenas observado em documentos oficiais, tais como, a Ata da Câmara Municipal de Aquidauana em 1949.

Os conceitos de Mitologia, de Lévi-Strauss (1978) e Máquina de Guerra de Deleuze-Guattari (1997) serão utilizados, pois comportam em si a possibilidade de melhor compreensão do processo de formação dos “guerreiros” Terena que atuaram na luta pela retomada de terras na comunidade de Dois Irmãos do Buriti, que será definida no capítulo 2. Para definir o conceito de identidade utilizaremos Stuart Hall (1990).

Segundo Haesbaert (2004, p.1), desde a origem, o território nasce com uma dupla conotação, material e simbólica pois, etimologicamente, aparece tão próximo de *terra-territorium* quanto de *terreo-territor* (terror, aterrorizar), ou seja, tem a ver com dominação (jurídico-política) da terra e com a inspiração do terror, do medo – especialmente para aqueles que, com essa dominação, ficam alijados da terra, ou no “territorium” são impedidos de entrar.

Ao mesmo tempo, por extensão, podemos dizer que, para aqueles que têm o privilégio de usufruí-lo, o território inspira a identificação (positiva) e a efetiva “apropriação”. Território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional “poder político”. Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação.

Lefebvre (1986) distingue apropriação de dominação (“posseção”, “propriedade”), o primeiro sendo um processo muito mais simbólico, carregado das marcas do “vivido”, do valor de uso; o segundo mais concreto, funcional e vinculado ao valor de troca.

O conceito de Santos (1994) para território retrata muito bem esse aspecto cultural para a tradição Terena em relação ao bem natural chamado terra. Para o autor, territórios são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado.

Tradicionalmente, o Terena tem uma relação estreita com a terra, esse “estreitamento” se dá pelo processo vindo de seus ancestrais, onde o próprio pai na figura do grande líder delimita um espaço físico conforme a necessidade de cada filho(a). Existe nessa partilha familiar a preservação de uma tradição praticada há séculos que podemos chamar de “partilha mitológica”, com a garantia de que a preservação daquele espaço delimitado para cada filho(a) será uma garantia às gerações futuras do grupo familiar. Essa “transferência”

tradicionalmente é transmitida culturalmente ao filho(a) mais velho(a), não levando em conta o sexo daquele que a recebe. Cabendo a ele(a) a responsabilidade de preservação da terra da família que deve perdurar na transferência desse bem natural de geração a geração.

A postura cultural do índio Terena em relação à vida e subsistência familiar é ideologicamente manifestada *in loco*, ou seja, em sua aldeia, em sua forma de viver e “aculturar” a sua prole dentro dos conceitos culturais que são carregados mitologicamente dentro de si mesmo. Perceba o que é verbalizado por Sabino, “Nós não queremos enricar; queremos rir, viver satisfeitos com os nossos filhos, parentes e patrícios e viver bem”.⁶

Essa postura sintetiza o anseio de centenas de Terena que “aguardam” a manifestação do Estado brasileiro em detrimento aos seus direitos defendidos pela Constituição, o que por eles não são desconhecidos.

Devido a proximidade dos Terena com a civilização do não índio, e sua adaptação à essa nova sociedade, pôde adquirir conhecimentos em várias áreas, provocando algumas adequações no contexto cultural sem, entretanto, perder a essência étnica no âmbito dos costumes tribais, tais como, lendas, mitos, danças, comidas típicas, língua materna e outras tradições pertinentes. Essa inserção evidenciou a falta de políticas públicas do Estado em relação às suas terras e seus direitos constitucionais.

Em contrapartida, os Terena, de forma organizada, investiram nas retomadas como um fator de peso, e para chamar a atenção do Estado com relação à observância das demarcações das terras outrora habitadas por seus ancestrais.

Levi Marques explica que, em 1926, o Estado reservou uma pequena área aos índios porque a ideia era justamente integrá-los à sociedade civil. O órgão indigenista na época acreditava que os índios iriam deixar de serem índios e abandonar as práticas culturais. (MARQUES 2013)⁷

Segundo Marques:

“Ai não fazia sentido reservarem grandes espaços. Demarcaram uma área pequena, recolheriam os existentes nessa pequena área e a União patrocinaria uma série de atos para a integração como construção de escolas, trabalho, religião. O problema é que a integração não aconteceu, os Terena de hoje não são iguais os da década de 20, mas são Terena: não renunciam a identidade e renovaram sua cultura com o tempo”⁸

⁶ Sabino de Albuquerque, "capitão" da aldeia Terena de Cachoeirinha.

⁷ Disponível em <http://www.midiamax.com.br>. Acessado em 13 jul. 2013.

Na visão do antropólogo, dizer que os índios estão sendo manipulados e que sempre tem alguém por trás das decisões deles não faz sentido.

Segundo Marques:

“Os índios não são incapazes. Em 1937 há registros históricos de uma comissão de índios que viajou por conta própria até o Rio de Janeiro para reivindicar de forma pacífica as terras da área do Buriti. Mas nunca foram ouvidos. Só foram ouvidos em 2001, quando a FUNAI publicou o relatório, mas isso não foi suficiente para assegurar a posse deles”.⁹

Noel Patrocínio¹⁰, professor aposentado, e ancião da aldeia do Buriti, filho de André Patrocínio, nos conta a ida de seu pai ao Rio de Janeiro em 1930, para questionar o tamanho da área de 2090 hectares medida na época pelo SPI. Patrocínio narra os meios que foram usados para levantar o dinheiro da viagem ao Rio de Janeiro:

“O cacique falou: “Eu preciso mandar, André, esses companheiros, mas não tenho recursos, precisamos dar um jeito e temos que ir logo, não podemos deixar isso esfriar”. Meu pai disse o seguinte; “Então, cacique, forme a sua comissão, escolha os companheiros e deixa a parte do recurso pra mim, que eu vou providenciar”. E ele retrucou: “Mas André, como você vai providenciar esse recurso?” E meu pai continuou: “Eu tenho aí uns tourinhos, separo alguns e vou vender e apurar esses recursos pra você mandar essa comissão”. E o cacique, surpreso respondeu: “Mas você faz isso?”, e meu pai: “Eu vou fazer. Pode formar a comissão.” A partir daí meu pai separou os tourinhos que ia vender e os vendeu para um fazendeiro chamado Zeca Ananias, dono de uma fazenda que atualmente está localizada dentro desses 17.000 hectares. Meu pai foi até a fazenda dele e ofereceu os touros e o fazendeiro falou: “Eu compro porque você está precisando vender”. Meu pai pegou o dinheiro e deu ao cacique Joaquim Teófilo, que disse: “agora é só marcar o dia para a viagem”. O cacique já havia escolhido a comissão para ir até ao Rio de Janeiro e o meu pai foi um dos escolhidos.

Foram em três. Eu me lembro do nome do terceiro foi um tal de Ernestinho, mas aqui na aldeia naquela época tinha mais que um Ernestinho. Os nomes que eu lembro que meu pai falou foram de André Patrocínio, o meu pai, e o saudoso “tio Bastião”, Sebastião Delgado.

⁸ Idem, ibidem

⁹ Idem, ibidem

¹⁰ Noel Patrocínio, 82, professor aposentado, nascido em 09/06/1931 e residente na aldeia Buriti.

*O “tio Bastião” tinha uma caligrafia que era uma maravilha, conversava muito bem e dominava fluentemente o idioma terena.*¹¹

Segundo Stavenhagen (1984:57), propositor do conceito de Etnodesenvolvimento, esse seria o desenvolvimento que mantém o diferencial sociocultural de uma sociedade, ou seja, sua etnicidade. Nessa acepção, desenvolvimento tem pouco ou nada a ver com indicadores de “progresso” no sentido usual do termo: PIB, renda per capita, mortalidade infantil, nível de escolaridade etc.. Na definição de Stavenhagen, “o etnodesenvolvimento significa que uma etnia, autóctone, tribal ou outra, detém o controle sobre suas próprias terras, seus recursos, sua organização social e sua cultura, e é livre para negociar com o Estado o estabelecimento de relações segundo seus interesses”.

A nação Terena tem descoberto essa nova trilha dentro de sua dialética de articulações por seus representantes, junto ao Estado, podendo discutir esse esquecimento proposital barrado pela política do agronegócio, sufragado e fragmentado por uma forte bancada ruralista¹² no cenário político brasileiro. O Estado vem sofrendo um movimento de constante inquietação em suas questões agrárias, por meio do movimento de ocupação das Terras tradicionais por meio das chamadas “retomadas”, assim caracterizadas pelos indígenas Terena. É intrigante esse momento, pois ele surge em um cenário de crise, insatisfação e instabilidade do governo federal em vários aspectos do âmbito social¹³. Como um brado de indignação ao Estado brasileiro, os indígenas da região de Sidrolândia e Dois Irmãos do Buriti, listam uma série de reivindicações, tais como, saúde e educação e ainda a demarcação de suas terras que é o maior embate atualmente. Pois, desde que foi promulgada a Carta Magna de 1988, os indígenas têm mostrado uma faceta desconhecida dos verdadeiros “caras pintadas”, em busca de seus direitos constitucionais.

¹¹ Entrevista realizada na aldeia do Buriti em 25/07/2013 com Noel Patrocínio, 82, professor aposentado, nascido em 09/06/1931 e residente na aldeia Buriti.

¹² Dilma cede à pressão dos ruralistas e rifa os direitos indígenas, diz antropóloga da USP

“A antropóloga Manuela Carneiro da Cunha, uma das mais influentes estudiosas da questão indígena no país, acusa a gestão Dilma Rousseff de promover um desenvolvimentismo de “caráter selvagem”, sem “barreiras que atendam a imperativos de justiça, direitos humanos e conservação”.

<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/07/1310677-dilma-cede-a-pressao-dos-ruralistas-e-rifa-os-direitos-indigenas-diz-antropologa-da-usp.shtml>. Acessado em 13 jul. 2013.

¹³ A presidente Dilma Rousseff afirmou dia 04 de julho de 2013, ao comentar as manifestações pelo país, que os atos são diferentes de protestos verificados em outros países, e ocorrem, sobretudo pela demanda “por mais direitos”. <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/07/1306161-manifestacoes-no-brasil-sao-por-mais-direitos-afirma-dilma.shtml>. Acessado em 13 jul. 2013.

Dentro desse contexto de luta dos indígenas é pertinente utilizarmos o conceito de perspectivismo de Viveiros de Castro que nos auxiliará neste trabalho a reconhecer a visão dos Terena de Dois Irmãos de Buriti sobre a retomada de terras. Viveiros de Castro aponta que os indígenas:

“Se apreendem como, ou se tornam antropomorfos quando estão em suas próprias casas ou aldeias, e experimentam seus próprios hábitos e características sob a espécie da cultura: veem seu alimento como alimento humano (os jaguares veem o sangue como cauim, os mortos veem os grilos como peixes, os urubus veem os vermes da carne podre como peixe assado etc.), seus atributos corporais (pelagem, plumas, garras, bicos etc.) como adornos ou instrumentos culturais, seu sistema social como organizado identicamente às instituições humanas (com chefes, xamãs, ritos, regras de casamento etc.). Esse ‘ver como’ refere-se literalmente a perceptos, e não analogicamente a conceitos, ainda que, em alguns casos, a ênfase seja mais no aspecto categorial que sensorial do fenômeno; de qualquer modo, os xamãs, mestres do esquematismo cósmico dedicados a comunicar e administrar as perspectivas cruzadas estão sempre aí para tornar sensíveis os conceitos ou inteligíveis as intuições.” (VIVEIROS DE CASTRO, 2002, p. 227).

É latente a noção de pertencimento da etnia Terena, por isso se torna impossível querer “civilizar” o indígena que se encontra vinculado à cosmovisão do grupo. Segundo Lévi-Strauss esta cosmovisão está relacionada à perspectiva mítica de cada povo.

Portanto, se uma pessoa mergulha, durante vinte anos ou mais, na investigação do modo como operam os sistemas de parentesco e os mitos, utiliza essa porção do seu poder mental. Mas não podemos exigir que toda a gente esteja interessada precisamente nas mesmas coisas; daí que cada um de nós utilize certa porção do seu poder mental para satisfazer às necessidades ou alcançar as coisas que interessam. (CLAVAL, 1978, p. 20)

Por isso não se pode querer “civilizar”, e acreditar que eles podem mudar e viver de acordo com o pensamento do “não índio”, pois se nos detivermos na análise do sistema de trabalho, por exemplo, na relação homem-trabalho, podemos dentro de a ótica capitalista chegar à conclusão de que o índio é preguiçoso e não gosta de trabalhar, sendo o que, na verdade, ele possui uma relação com o trabalho diferente do homem não índio.

Devido à tentativa de colonização até mesmo do pensamento indígena, existe a necessidade de resistência desse grupo em relação à sociedade não índia dominante. Para analisar essa resistência, utilizaremos o conceito de "Máquina de guerra", formulado por Gilles Deleuze, (1997) esse aparelho conceitual é construído a partir de um agenciamento

coletivo, um encontro de afetos e perceptos. Constituindo-se como um evento singular, transformado em objeto móvel e fluido ao desenvolver trajetos e linhas de fuga pela superfície histórica, estabelecida, pela lógica da nomadologia, outros percursos que não os institucionalizados pelos aparelhos de controle do Estado e suas derivações. A maneira dos Terena resistir que pretendemos analisar é a constituição do grupo de guerreiros, que mitologicamente é chamado de *shuna'asheti* ou *chuná-acheti*. Acreditamos que, ao formar esse grupo, os Terena estão, inconscientemente, utilizando a mitologia como máquina de guerra contra a sociedade não indígena.

Conforme Lévi-Strauss (1978, p. 39) a Mitologia é estática e podemos encontrar os mesmos elementos mitológicos combinados de infinitas maneiras, mas num sistema fechado, contrapondo-se à História, que, evidentemente, é um sistema aberto.

O caráter aberto da História está assegurado pelas inúmeras maneiras de compor e recompor as células mitológicas ou as células explicativas, que eram originariamente mitológicas. Isto demonstra-nos que, usando o mesmo material, porque na verdade é um tipo de material que pertence à herança comum ou ao patrimônio comum de todos os grupos, de todos os clãs, ou de todas as linhagens, uma pessoa pode, todavia, conseguir elaborar um relato original para cada um deles. O que era enganoso nos antigos relatos antropológicos era a mistura que se fazia das tradições e crenças pertencentes a diversos grupos sociais. Isso fez com que se perdesse de vista uma característica fundamental de todo o material – que cada tipo de História pertence a um dado grupo, a uma dada família, a uma dada linhagem, ou a um dado clã, e tenta explicar o seu destino, que pode ser desgraçado ou triunfal, ou justificar os direitos e privilégios tal como existem no momento presente, ou, ainda, tenta validar reivindicações de direitos que já há muito desapareceram. (CLAVAL, 1978, p. 39)

Tradicionalmente, na comunidade Terena existe um quadro social dentro desse sistema próprio organizado e tribal, *shuna'asheti* ou *chuná-acheti*¹⁴, que constitui uma camada dos guerreiros que, dentro da organização social tradicional, na comunidade Terena do Buriti lideraram a reconquista de suas terras.

Em todas as terras Terena, hoje, o “setor” (como os próprios índios chamam e é sinônimo de “aldeia”) é a unidade social mais inclusiva, dotado de autonomia política própria, ou seja, possui um “cacique” e um “conselho tribal” que responde pelas relações políticas de cada setor. Menos em Cachoeirinha, onde a figura do “cacique geral” ainda permanece em vigor, vinculado estritamente à aldeia sede (do Posto

¹⁴ *Shuna'asheti* ou *chuná-acheti*, homens selecionados para o enfrentamento na conquista das terras tradicionais, e considerados guerreiros para os conflitos no momento das retomadas. No anexo deste trabalho serão apresentadas suas entrevistas.

Indígena), portanto, o controle político da Reserva passa ainda pelas lideranças dessa aldeia. Nos demais setores, o "cacique geral" administra a eleição e o processo de escolha do "cacique" local. Esse arranjo político ainda é fonte de muitas disputas e tensões entre os setores e o "cacique geral" (e o Posto Indígena da FUNAI, conseqüentemente). Em suma, contrariamente ao que se passa na maioria das outras reservas, na de Cachoeirinha os setores têm uma autonomia político-administrativa apenas relativa (aos interesses estritos das suas áreas jurisdicionadas e seus habitantes).¹⁵

A etnia Terena resiste bravamente como um grupo organizado em suas aldeias, passando suas tradições que de pais para filhos, mantendo assim sua identidade histórica no Mato Grosso do Sul, onde existe a sua maior concentração, além de existirem aldeias Terena no Estado de São Paulo, na região de Bauru, e também no Estado de Mato Grosso, na região de Rondonópolis.

1.2 PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS

A oralidade é uma peculiaridade de povos ágrafos como os Terena pelo fator histórico, mitológico e cultural, sendo as histórias contadas pelos pais aos filhos de geração em geração. Segundo Jacques-Le-Goff (1990, p. 423), a memória, com a propriedade de conservar certas informações, remete-nos em primeiro lugar a um conjunto de funções psíquicas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou as que ele representa como passadas.

Nos processos históricos dos grupos étnicos, a oralidade sempre desenvolveu o seu papel como uma espécie de espinha dorsal onde a memória, através dos anciãos, guarda dados relevantes de um passado que desvenda histórias desconhecidas pela então chamada "história oficial". Uma história não contada por seus protagonistas cuja trama principal aconteceu no âmbito de seus territórios (que são as suas Terras tradicionais), onde há séculos se instalou o palco e o cenário desse processo histórico. Os dados orais serão fator de peso nesse trabalho que tem como finalidade trazer uma narrativa em forma de entrevistas concedidas pelos indígenas diretamente ligados aos problemas latifundiários por disputas de terras com os fazendeiros.

¹⁵ Disponível em <http://www.taruma.sp.gov.br/noticias/ler/taruma-se-prepara-para-receber-grupo-indigena-da-tribo-terena>. Acessado em 14 out. 2013.

O fator ideológico é notório para quem tem o poder de escrever a história tida como verdadeira e aceita como oficial, algo totalmente desconhecido pelos principais atores desse cenário histórico – os indígenas –, que têm como palco as regiões habitadas por eles. O enredo principal da mídia digital e impressa é a história indígena sem, entretanto, levar em conta a oralidade característica desse povo, utilizando uma linguagem pouco elaborada e ignorando um povo que tem na oralidade a verdadeira história guardada, transmitida por seus ancestrais. Partem, talvez, do pressuposto que durante muitos anos o indígena ter sido rotulado como autômato e que estaria fadado a reproduzir aquilo que foi imposto a ele sobre a sua própria história, sempre tutelado pelo pensamento do não índio.

Sobre o tema da formação de uma opinião pública a partir da mídia escrita, Theodor W. Adorno (1947) relaciona-a a indústria cultural:

Sob o poder do monopólio, toda cultura de massas é idêntica, e seu esqueleto, a ossatura conceitual fabricada por aquele, começa a se delinear. Os dirigentes não estão mais sequer muito interessados em encobri-lo, seu poder se fortalece quanto mais brutalmente ele se confessa de público. O cinema e o rádio não precisam mais se apresentar como arte. A verdade de que não passam de um negócio, eles a utilizam como uma ideologia destinada a legitimar o lixo que propositalmente produzem. (ADORNO, 1947 p.56)

O papel da chamada indústria cultural, é discursar em um tom convincente, e fazer um trabalho muito bem projetado no áudio visual com a intenção de construir um único discurso dominante. Setores da mídia regional têm divulgado matérias e feito acusações difamatórias contra a comunidade indígena da Terra Indígena Buriti, MS, cujas lideranças, quando são ouvidas por certos jornalistas, têm suas falas propositalmente deturpadas.¹⁶

O objetivo é a pulverização dos ideários indígenas através da instalação monopolizada, já estabelecida pela base ideológica, da reprodução dos seus discursos pelo poder da persuasão da mídia digital e impressa, onde suas falas são transformadas como algo oficial. Os focos das câmeras midiáticas se viraram em direção a um território que viviam no anonimato das lentes regionais e nacionais, mais especificamente, o caso da região de Sidrolândia e Dois Irmãos do Buriti, onde estão acontecendo os embates para a demarcação da terra indígena Buriti, composta por nove aldeias, a saber, Barrerinho, Lagoinha, Córrego do Meio, Tereré, Água Azul, Recanto, Olho D'Água, Oliveira e Aldeia do Buriti. Todas essas

¹⁶ Disponível em <http://www.sidrolandianews.com.br>. Acessado em 23 jul. 2013.

aldeias envolvidas no processo das retomadas das Terras tradicionais, que vem ocorrendo desde 2000 até 2013.

Entretanto, os indígenas utilizaram o acesso à educação e a informação promovida pelo não índio, que lhes foi oferecida com o objetivo de integrá-los à sociedade nacional, como forma de luta, proporcionando a formação de uma jovem liderança que busca sua autonomia, não tutelada pelo homem branco. Isso é demonstrado por meio de suas lutas mais organizadas, nesses últimos anos, principalmente ligadas à recuperação de seus territórios tradicionais.

As terras tradicionalmente pertencentes aos povos indígenas são terras que há muitos anos pertenceram aos seus ancestrais. Não se trata de um território qualquer, há um significado de ligação dos indígenas com a terra; por isso, a terra é muito mais do que um simples espaço geográfico. Sua ligação é histórica e implica na espiritualidade, na cultura e na ligação de pertencimento.

Para definir o conceito de identidade utilizaremos Stuart Hall (2004) que afirma:

A identidade, nessa concepção sociológica, preenche o espaço entre o “interior” e o “exterior” – entre o mundo pessoal e o mundo público. O fato de que projetamos a nós próprios nessas identidades culturais, ao mesmo tempo em que internalizamos seus significados e valores, tornando-os “parte de nós” contribui para alinhar nossos sentimentos subjetivos com os lugares objetivos que ocupamos no mundo social e cultural. A identidade, então, costura (ou para usar uma metáfora médica, “sutura”) o sujeito à estrutura. Estabiliza tanto os sujeitos quanto os mundos culturais que eles habitam, tornando ambos reciprocamente mais unificados e predizíveis. (HALL 2004, p. 11)

aldeia estabelecendo, naturalmente, uma relação empírica nos moldes culturais com a terra tradicionalmente habitada por seus ancestrais.

A forma de identificação evidenciada na oralidade, quando a história é contada pelos atores desse cenário, denota a noção convicta de pertencimento do lugar.

Pesquisas balizadas por levantamentos fundamentados na ciência arqueológica constataram que povos indígenas habitam a área territorial compreendida pelo atual estado de Mato Grosso do Sul desde, pelo menos, há 11.500 anos (Eremites & Viana, 2000; Eremites de Oliveira, 2002 *apud* Alcântara, 2013, p. 32). Os povos mais antigos viviam basicamente da caça, coleta e de outras formas de obtenção de recursos para a sua sobrevivência, com o manejo agroflorestal, mas, em princípio, sem a agricultura.

Buriti foi a última área Terena reservada e hoje ocupada tradicionalmente, pelo menos desde o século XIX, segundo (Eremites de Oliveira & Pereira, 2007, 2012; Eremites de Oliveira, 2012 *apud* Alcântara, 2013, p. 32). Essa área, que na época fazia parte do município de Campo Grande, foi reservada por meio do Decreto Estadual nº. 834, de 14 de novembro de 1928.

A história traz revelações de que a luta pela terra dos Terena, não é uma novidade do século XX, e sim um processo histórico pós-guerra da Tríplice Aliança, conhecida como a Guerra do Paraguai. (ALCANTARA, 2013, p.32). Segundo Altenfelder Silva (1949, p.281 *apud* Alcântara 2013, p. 64), antropólogo que se valeu dos registros produzidos por Alfredo d'Escragnolle Taunay durante a chamada Guerra do Paraguai (1864-1870), naquela época, existiam os seguintes aldeamentos Terena ao sul da antiga província de Mato Grosso: Ipegue, entre a margem esquerda do Rio Aquidauana e seu afluente Agachi; Tuminiku, nas proximidades da atual aldeia Bananal; Imokovookoti, nas proximidades da atual aldeia Cachoeirinha; Naxedaxe, entre as aldeias Ipegue e Cachoeirinha; Háokoé, situada uma légua a nordeste de Tminiku; Kamakuê, nas proximidades de onde mais tarde seria construída a estação ferroviária de Duque Estrada; Akuleá e Moreira, sendo que essa última, provavelmente, é a aldeia Layana de Maguó, mencionada por Frei Mariano de Begnaia, em 1863; Brejão, nas proximidades da atual Nioaque; Limão Verde, próximo à cidade de Aquidauana; Coxi, junto ao rio Coxim, afluente do rio Taquari e Cerradinho, próximo à cidade de Campo Grande (Azanha, 2000 *apud* Alcântara, 2013).

Nessa relação não aparece Buriti por ser uma região com aldeias menores e, portanto, menos visíveis para o Estado Nacional e seus agentes. Além disso, é preciso considerar que para os Terena da região o termo aldeia possui outro sentido, conforme observaram Eremites de Oliveira & Pereira.

Apesar do numero apresentado por Taunay corresponder ao que havia observado na época, faz-se necessário registrar que o conceito de aldeia usado pelos Terena de Buriti tem o sentido de uma rede dinâmica de relações sociais, histórica e espacialmente definidas dentro de um mesmo território. Eles geralmente se referem à ideia de “aldeia” como o lugar ocupado por um ou mais “troncos familiares”. Muitas vezes indivíduos de um mesmo “tronco” se referem à área de seus antigos assentamentos como sendo uma “aldeia”. Em verdade todos os “troncos” sempre estiveram inseridos em uma rede de alianças que de fato constitui, aí sim, uma aldeia em seu sentido mais sociológico. Isso porque uma aldeia pressupõe autonomia em termos matrimonial, religiosa e política, dentre outras coisas, algo que é praticamente impossível de ocorrer dentro de um único “tronco”, haja vista o fato de ele não existir de maneira isolada em relação aos demais “troncos” estabelecidos na região. (OLIVEIRA & PEREIRA, 2007, p.9).

A luta e o embate com fazendeiros pelas chamadas terras tradicionais, não ocorrem somente na região de Sidrolândia e Dois Irmãos do Buriti. Essa luta para reaver as Terras Tradicionais alcança uma boa parte do estado do MS, com a luta de vários povos indígenas há várias décadas.

Os Terena viram-se, pois, cada vez mais cercados pelas fazendas de gado, cujos rebanhos destruíam suas roças. Soma-se a isso a expulsão de muitas centenas de famílias de seus territórios tradicionais, por vezes feita de forma violenta e com ajuda de homens armados a serviço dos fazendeiros. Com isso, a vida nas aldeias ficou muito difícil e, conseqüentemente, parte dos Terena foi obrigada a se empregar como trabalhadores nessas fazendas, geralmente forçados ao trabalho escravo. Por outro lado, muitas famílias foram para regiões mais remotas da província, fugindo assim, momentaneamente, desse tipo de situação (Azanha, 2000 *apud* Alcântara, 2013).

Na região de Aquidauana onde existe a maior concentração de aldeias Terena, o movimento de retomada das Terras Tradicionais também teve espaço na mídia digital:

Ao menos 500 índios Terena ocupam desde a manhã desta sexta-feira (31) a fazenda Esperança, em Aquidauana [a 143 km de Campo Grande]. A invasão ocorre um dia após a reintegração de posse de área em Sidrolândia [71 km de Campo Grande], em que um índio de 35 anos de idade morreu baleado em confronto com policiais federais e militares. Os índios de sete aldeias disputam pela posse de cerca 33 mil hectares de terra na região de Aquidauana. Hoje eles vivem em

uma área de 6.000 hectares. A área em questão fica no distrito de Taunay, repartido em 93 propriedades.¹⁷

Ganhou notoriedade no Brasil as disputas por territórios tradicionais indígenas em um processo histórico, que mudaria a situação de muitos povos étnicos que tradicionalmente ocupavam seus territórios com uma organização social e cultural. Aconteceu no Brasil, em 1988, a promulgação da Constituição Federal que conferiu direitos aos seus primeiros habitantes, em relação às suas ocupações tradicionais e também à de seus ancestrais.

Na Carta Magna brasileira, os índios são especificamente assegurados nos artigos 231¹⁸ e 232¹⁹, onde são tratados com particularidade sobre os seus direitos territoriais, o que soou como uma boa nova aos quatro cantos do Brasil chegando às lideranças indígenas como uma grande conquista, noticia essa que alcançou também os índios Terena do Buriti.

Cabe-nos fazer uma reflexão sobre os conflitos territoriais da comunidade Terena, de forma mais acurada na região das Terras Tradicionais do Buriti, onde manteremos nosso foco, e apresentarmos uma discussão pautada nas singularidades daquela região com os seus protagonistas históricos e tradicionais.

Em sua grande maioria, os processos históricos sempre trouxeram uma mobilização maior tendo como exigência *sine qua non* a organização. E isso acontece justamente com os Terena, índios articulados que saem de suas “ocas” em busca de seus direitos constitucionais.

No que se refere às Terras de ocupação tradicional, os Terena da reserva de Buriti, onde está localizada aldeia homônima, sempre souberam que a área destinada pelo SPI em 1928 de, aproximadamente, 2.090 hectares, era uma demarcação errônea. No anexo ao final deste trabalho, segue uma entrevista com o professor aposentado de 82 anos de idade, Noel Patrocínio²⁰, onde relata a insatisfação do cacique da época, por nome, Joaquim Teófilo que, por conta dessa demarcação, nomeia uma comissão de três índios Terena para irem ao Rio de Janeiro contestar essa marcação do SPI. Entre esses representantes encontrava-se André Patrocínio, pai do professor Noel. Na realidade, o tamanho da área onde viviam era superior a 30.000 hectares bem até antes da guerra contra o Paraguai. Depois começaram a sofrer

¹⁷ Disponível em <http://cidadedourados.com.br/2013/05/31/indios-terena-ocupam-fazenda-em-aquidauana-um-dia-apos-morte-em-sidrolandia/>. Acessado em 29 ag. 2013.

¹⁸ **Art. 231** - São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.

¹⁹ **Art. 232** Os índios, suas comunidades e organizações são partes legítimas para ingressar em juízo em defesa de seus direitos e interesses, intervindo o Ministério Público em todos os atos do processo.

²⁰ Entrevista realizada na aldeia do Buriti em 25/07/2013 com Noel Patrocínio, 82, professor aposentado, nascido em 09/06/1931 e residente na aldeia Buriti.

esbulhos do seu território, por parte de fazendeiros que tinham em mãos títulos de terras adquiridos do então governador do Mato Grosso. Desde a década de 1928 houve muitas reclamações dos Terena reivindicando o seu território tradicional, mas a justiça nada fazia em defesa dos seus direitos.

Depois de muitas décadas, no começo de 2000, a FUNAI constituiu um (GT) Grupo de Trabalho e procedeu ao primeiro estudo para a ampliação dos limites da Terra Indígena Buriti, sob a coordenação do antropólogo Gilberto Azanha (2001 *apud* Alcântara, 2013 *apud* Alcântara, p.70). Por meio desse estudo, foi proposto a ampliação da área de 2.090 para 17.200 hectares.

A partir de 1988, Marques diz que os Terena iniciaram um processo de tomada de consciência dos direitos e inseridos no corpo jurídico do Estado. Desde então eles tem recorrido para terem reconhecidos seus direitos étnicos e culturais. Essa mudança de postura causou estranheza aos proprietários com os quais eles se relacionavam na lida diária, porque eles que sempre viveram em situação de confiabilidade, inclusive com relação de amigos e compadres, passaram a rivalizar pelo espaço de terra. “Eles sempre foram cordiais, modelos de integracionismo, inclusive. Na década de 70 quando o Estado propôs a assimilação dos índios pela sociedade civil, eles imaginavam começar a integração pelos Terenas porque eram mais próximos da sociedade. Mas o sentimento que estava guardado, ressurgiu com a Constituição, Mais conscientes da existência dos seus direitos, os Terena passaram a reivindicar os territórios até chegarem ao conflito bélico que se estabelece hoje”, relata. (MARQUES 2013)²¹.

A década de 1990 é marcada pela conscientização da nova geração, razão pelo qual os Terena saem em busca de seus direitos constitucionais de forma organizada e articulada representados por todas as camadas sociais internas, tais como, professores, caciques, líderes religiosos, anciãos, acadêmicos e guerreiros, partindo para o embate pela retomada das Terras Tradicionais.

Por se tratarem de conflitos de território e serem um problema crônico no âmbito nacional de um Brasil que vive em crise latifundiária, os Terena sabiam que toda a articulação política sofreria um desgaste nessa trajetória em reaver aquilo que historicamente pertenceu aos seus ancestrais, além de reacender o aprofundamento de uma discussão demorada e difícil, em que qualquer decisão do Estado Brasileiro em relação às terras iria ferir os interesses de grandes fazendeiros e ainda se exporiam à opinião pública de quem pensa o contrário.

²¹ Disponível em <http://www.caarapone.com.br/noticia/cidades/5,38237,oziel-e-o-primeiro-terena-morto-na-historia-recente-de-conflitos-diz-antropologo>. Acessado em 23 jul. 2013.

Sabemos que pra cada ação há uma reação, sendo assim, era de se esperar outra mobilização e, de forma articulada, os fazendeiros também se posicionaram em defesa das terras.

Depois de alguns anos, os fazendeiros solicitaram na Justiça Federal a realização de uma perícia de natureza antropológica, arqueológica e histórica para saber se aquela área era realmente terra indígena. Foi então que o judiciário nomeou os professores Jorge Eremites de Oliveira e Levi Marques para realizarem o trabalho pericial.

O resultado do laudo por eles produzido corrobora a conclusão do estudo coordenado por Azanha (2001) e ainda aponta que a área de ampliação ficou menor em relação aos mais de 30.000 hectares que os Terena de Buriti reivindicam desde a década de 1920 (Eremites de Oliveira & Pereira, 2012 *apud* Alcântara, 2013, p.70).

Em 2013 os conflitos territoriais na comunidade Terena ganharam proporção nacional na região de Sidrolândia iniciando no dia 15 de maio, quando a fazenda Buriti foi ocupada pelos guerreiros Terena. De acordo com a FUNAI são, pelo menos, seis as propriedades invadidas até o momento, sendo as outras Lindoia, Cambará Santa Clara, São Sebastião e Água Clara.

Em uso da tribuna no dia 16 de abril na Câmara dos vereadores de Sidrolândia, dois dias antes da grande comemoração que é o Dia do índio, o guerreiro e vereador Eder Alcântara de Oliveira²², se pronuncia como um autóctone, um legítimo habitante e defensor das Terras Tradicionais, e quebra o silêncio dos Terena no legislativo daquela pacata cidade. Em sua fala faz o alerta de um conflito já existente que vem se arrastando no tempo, devido à morosidade do Estado Brasileiro, que ainda não havia dado um direcionamento para os indígenas daquela região que vêm requerendo suas Terras Tradicionais desde 1920, como já discutimos anteriormente. Percebam a verbalização de Alcântara que se segue em algumas partes.

1. Que a presença dos Terenas na região serrana de Buriti é anterior à década de 1850 e, portanto, antecede à existência dos atuais fazendeiros na região, bem como a de seus antepassados, conforme atesta laudo pericial produzido em 2003 para a Justiça Federal no estado.

2. Que os Terenas lutaram bravamente ao lado do exército brasileiro na Guerra do Paraguai (1864-1870) e, portanto, contribuíram para

²² Disponível em <http://www.buritinewsms.com.br/index.php/component/k2/item/1895-vereador-indigena-faz-exclarecimentos-sobre-retomada-de-terras>. Acessado em 23 jul. 2013.

defesa da soberania do país e para que essa vasta região fizesse parte do território nacional.

3. Que os Terena, depois da guerra, foram vítimas de processo de esbulho de grande parte de seu território na Serra de Maracaju, sendo forçados nas décadas de 1920 e 1930 a serem confinados em uma reserva criada pelo governo de 2.090 hectares, onde vivem mais de 2.500 pessoas.

4. Que as áreas retomadas atualmente, são terras tradicionalmente ocupadas por comunidade indígena, conforme estabelece o Art. 231 da Constituição Federal e está comprovado no relatório de ampliação dos limites da Terra Indígena Buriti, elaborado em 2001 para a FUNAI.

5. Que o Estado Brasileiro, especialmente o Poder Judiciário, tem tratado com morosidade o processo de regularização dos 17.200 hectares da área de ampliação da Terra Indígena Buriti, a qual desde as décadas de 1920 e 1930 é reivindicada pelos Terenas junto às autoridades governamentais.²³

Os indígenas da região do Buriti nos idos de 2000, com a intenção de conclamar o Estado brasileiro a assumir suas responsabilidades de gestor dessas terras realizaram, de forma articulada pelos líderes e guerreiros, uma somatória de pelo menos 11 retomadas oficiais nos territórios já periciados e declarados como Terras Tradicionais.

A aldeia Buriti consegue reaver nesses conflitos territoriais, por meio das retomadas com os seus guerreiros, algumas áreas, tais como, fazenda Arrozal, 3R (chamada aldeia 10 de maio) e Querência, entre outras de posse hoje dos indígenas do Buriti. (*apud* Alcântara, 2013, p. 71)



Figura – 2 Fazenda Buriti, cerca de 20 km de Sidrolândia.

Fonte: Disponível em <http://g1.globo.com/mato-grosso-do-sul/noticia/2013/06/indio-e-baleado-em-area-ocupada-por-terena-em-ms-diz-funai.html> Acessado em 23 jul. 2013.

²³ Disponível em <http://www.sidrolandianews.com.br>. Acessado em 23 jul. 2013.

Ainda sobre os conflitos territoriais vamos abordar sobre um que chamou a atenção do mundo moderno.

O conflito de 2013 começou no dia 15 de maio, quando a fazenda Buriti foi ocupada pelos Terena, sendo sua principal reivindicação uma área cujo processo demarcatório se arrasta há 13 anos.

A Buriti está em área reivindicada pelos índios em um processo que se arrasta há 13 anos. A terra indígena Buriti foi reconhecida em 2010 pelo Ministério da Justiça como de posse permanente dos índios da etnia Terena. A área de 17,2 mil hectares foi delimitada, e a portaria foi publicada no Diário Oficial da União. Mas até hoje a Presidência da República não fez a homologação. O relatório de identificação da área foi aprovado em 2001 pela presidência da FUNAI, mas decisões judiciais suspendem o curso do procedimento demarcatório. Em 2004, a Justiça Federal declarou que as terras pertenciam aos produtores rurais. A Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e o Ministério Público Federal recorreram. Em 2006, o Tribunal Regional Federal modificou a primeira decisão e declarou a área como de ocupação tradicional indígena. Produtores rurais entraram com recurso e conseguiram decisão favorável em junho de 2012.²⁴

Possivelmente essa última decisão do Tribunal Regional Federal tenha sido mais significativa e impactante para a os Terena do Buriti e Mato Grosso do Sul. A impressão que se tem é que sempre precisa acontecer uma tragédia para se tomar uma decisão sobre algumas questões sociais, especialmente no que diz respeito às terras. E foi justamente isso que aconteceu nesse cenário de lutas por um direito assistido pela constituição brasileira, e ainda, em áreas declaradas como Terras Tradicionais. Seguem os desdobramentos da morte do índio Oziel Gabriel muito noticiado e que ganhou uma dimensão global pela imprensa midiática.

O índio Oziel Gabriel, morto no conflito por terras durante tentativa de reintegração de posse em Sidrolândia – a 70 quilômetros de Campo Grande, é o primeiro Terena que perde a vida em conflitos recentes. Segundo o antropólogo, Oziel é o primeiro índio Terena morto em um período recente. Ele esteve em 2003 realizando trabalho de perícia solicitado pela Justiça na reserva Buriti, e avalia que a posição dos Terena é sustentada porque a FUNAI reconheceu a área indígena em 2001, a partir de estudo do antropólogo Gilberto Azanha e há 12 anos eles aguardam uma decisão definitiva.²⁵

²⁴ Disponível <http://g1.globo.com/mato-grosso-do-sul/noticia/2013/06/indios-dizem-que-vaio-permanecer-em-fazenda-invadida-em-ms.html>. Acessado em 04 ag. 2013.

²⁵ Disponível em <http://www.midiamax.com.br/noticias/854510-oziel+primeiro+terena+morto+historia+recente+conflitos+diz+antropologo.html#.UiUOfzY3tc8>. Acessado em 01 ago. 2013.

"Mataram um guerreiro nosso. Quem é que vai ser responsável por isso?", afirmou o cacique.²⁶ Esse foi o resultado desastroso e trágico em 2013 que culminou com a morte de Oziel Gabriel em disputa pelas terras tradicionais, discutido anteriormente. Os focos e as lentes das imprensas midiáticas se viraram para um território que vem sendo pleiteado e disputado desde as décadas de 1920 e 1930 e é reivindicado pelos Terena junto às autoridades governamentais.

²⁶ Disponível <http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/05/31/pmataram-um-guerreiro-nosso-diz-cacique-terena-apos-morte-durante-desocupacao-em-sidrolandia-ms.htm>. Acessado em 04 ago. 2013.

CAPÍTULO 3 - *SHUNA'ASHE TI*: GUERREIROS TERENA

Aprovada a nova constituição do Brasil, em 1988, a década de 80 se tornou uma referência do surgimento das leis que protegem os direitos indígenas.

Segundo Marques,

Na lógica de atuação do SPI, não fazia sentido demarcar terras indígenas de maior extensão, suficientes para a reprodução dos indígenas de acordo com seus usos, costumes e tradições. Segundo o imaginário da época, a condição de indígena era vista como transitória, pois se acreditava que em pouco tempo os indígenas se convenceriam das vantagens da civilização e abandonariam suas práticas culturais. Entretanto, passado um século, os indígenas continuam se apresentando enquanto grupos étnicos diferenciados e reivindicando o direito de ocupação dos territórios dos expropriados no processo de expansão das frentes econômicas.²⁷

Conforme relato de Noel Patrocínio²⁸, em 1930 seu pai André Patrocínio, juntamente com Sebastião Delgado e um terceiro por nome de Enerstinho, todos indígenas das Terras Buriti, foram ao Rio de Janeiro fazer reivindicações ao (SPI), Serviço de Proteção ao Índio.

Oliveira trata da demora do Estado:

*Ocorre que no começo da década de 1930 uma comissão terena foi ao Rio de Janeiro, então Capital Federal, denunciar o processo de esbulho que sofriam e solicitar providências para a garantia de seus direitos territoriais. De lá para cá já se passaram quase um século e nada foi feito de efetivo. Não é de se estranhar, portanto, que tenham decidido, como último recurso, retomar parte de suas terras devido à situação de vulnerabilidade dos cerca de 2.500 indígenas que ali vivem confinados em 2.090 hectares.*²⁹ (OLIVEIRA, 2013).

Somente em 2000 a FUNAI constitui um grupo de trabalho (GT), e procede a um estudo acurado para a almejada reivindicação de ampliação dos limites das terras indígenas Buriti, sendo esse o primeiro levantamento antropológico e arqueológico *in loco* dessa região, sob a coordenação do antropólogo Gilberto Azanha (2001). A resultante dessa pesquisa e

²⁷ Disponível em <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/520726-o-vinculo-dos-terena-de-buriti-com-a-terra-que-reivindicam-e-historico-e-cultural-entrevista-especial-com-levi-marques-pereira>. Acessado em 08 out. 2013.

²⁸ Entrevista realizada na aldeia do Buriti em 25/07/2013 com Noel Patrocínio²⁸, 82, professor aposentado, nascido em 09/06/1928 e residente na aldeia Buriti.

²⁹ Disponível <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/521037-politica-indigenista-e-exatamente-de-uma-farsa-que-estou-falando-entrevista-especial-com-jorge-eremitas-de-oliveira>. Acessado em 21 out. 2013.

estudo trouxe como resposta imediata à proposta de ampliação da área de 2090 para 17.200 hectares.

Cerca de 300 índios da etnia terena que ocuparam e mantinham acampamento há mais de um mês na fazenda Querência São José, em Sidrolândia (60 km de Campo Grande), foram despejados anteontem em uma ação promovida por fazendeiros da região, sem mandado judicial, dizem os índios. A fazenda Querência fica dentro da área da terra indígena Buriti, de 17 mil hectares, identificada em 2001. Os proprietários questionam a demarcação na Justiça Federal.³⁰

Tendo conhecimento desse estudo, os indígenas Terena, em 2008, organizaram um movimento pela retomada de terras indígenas tradicionais na região de Sidrolândia com indígenas da aldeia Buriti, ocupando a fazenda Querência que fica dentro da área das terras tradicionais dos Terena, de 17 mil hectares. A ocupação aconteceu nessa fazenda por ela estar situada dentro da área identificada como terra dos ancestrais da etnia Terena.

3.1 BREVE CRONOLOGIA DO MOVIMENTO DAS RETOMADAS EM BURITI

1905/2013

1905-1930: Estabelecimento das primeiras reservas indígenas em Mato Grosso do Sul.

1930: Uma comissão Terena foi ao Rio de Janeiro, então Capital Federal, denunciar o processo de esbulho que sofriam e solicitar providências para a garantia de seus direitos territoriais.

1988: Promulgação da Constituição, um grande passo para os indígenas na questão da demarcação dos territórios originais.

Art. 67. A União concluirá a demarcação das terras indígenas no prazo de cinco anos a partir da promulgação da Constituição.

2000: Constituição do Grupo de Trabalho na FUNAI para estudos sobre revisão das demarcações de terras indígenas.

2001: Levantamento antropológico e arqueológico requerido pela FUNAI *in loco* em várias áreas indígenas. Esse processo histórico aconteceu sob a coordenação do antropólogo Gilberto Azanha (2001).

³⁰ Disponível em <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/noticias-arquivadas/27714-terenas-acusam-pm-de-violencia-em-acao-de-despejo>. Acessado em 20 out. 2013.

2006: Devido à contestação dos fazendeiros ao primeiro levantamento antropológico sobre as terras indígenas em Mato Grosso do Sul, que definia áreas maiores do que as reservas até então de posse dos indígenas, é realizado um novo levantamento, cuja conclusão também reconhece que muitas fazendas localizam-se em terras indígenas.

2007: Fazendeiros obtêm liminar suspendendo processo demarcatório das Terras Indígena Buriti.

17 de outubro de 2009: Índios Terena iniciam retomada de suas terras tradicionais ocupando as fazendas Querência São José, Cambará e 3R na região de Sidrolândia e Dois Irmãos do Buriti. Essas três fazendas se encontram dentro da área da Terra Indígena Buriti.

19 de novembro de 2009: Fazendeiros e policiais realizam despejo sem ordem judicial dos Terena da Fazenda Querência. Indígenas denunciam ação violenta da polícia – Região de Sidrolândia.

Outubro de 2010: Ministério da Justiça (MJ) publica portaria declaratória reconhecendo 17,2 mil hectares como parte integrante da Terra Indígena Buriti.

Maio de 2011: Índios Terena reocupam fazenda 3R. Mil indígenas participam da ação. Funcionários da FUNAI são detidos pelos índios – Região de Sidrolândia.

13 de maio de 2011: Procurador da República em Mato Grosso do Sul, Emerson Kalif Siqueira, vai à fazenda negociar com os indígenas.

16 de maio de 2011: Equipe da FUNAI vai à fazenda 3R e consegue compromisso de que a retomada se limitaria somente àquela propriedade. No mesmo dia, a Justiça Federal expede liminar de reintegração de posse em favor do então proprietário da fazenda – Região de Sidrolândia.

20 de maio de 2011: FUNAI consegue decisão favorável em recurso contra a liminar de reintegração de posse da fazenda 3R. Provimento do recurso suspende os efeitos da liminar – Região de Sidrolândia.

05 de fevereiro de 2013: Famílias Terena retomam fazenda Buriti – Região de Sidrolândia.

15 de maio de 2013: Índios Terena ocupam Fazenda Buriti – Região de Sidrolândia e Dois Irmãos do Buriti.

18 de maio de 2013: Polícias Federal e Militar realizam operação de reintegração de posse na fazenda Buriti. Jornalista do Conselho Missionário Indigenista (CIMI) possui material apreendido por delegado da Polícia Federal.

21 de maio de 2013: Liminar de reintegração de posse é suspensa até realização de audiência.

29 de maio de 2013: Audiência de conciliação entre índios e produtores rurais termina sem acordo. Juiz determina desocupação da fazenda Buriti – Região de Sidrolândia.

30 de maio de 2013: Liminar de reintegração de posse é cumprida pela Polícia Federal. Oziel Gabriel, índio Terena, é morto durante a operação – Região de Sidrolândia.

31 de maio de 2013: Movimentos sociais divulgam nota de repúdio à ação da Polícia Federal (PF) e em apoio aos Terena. Na mesma data, os Terena ocupam a fazenda Esperança situada na Terra Indígena Taunay/Ipegue, na região de Aquidauana, e retornam à fazenda Buriti – Região de Sidrolândia.

01 de junho de 2013: Justiça Federal determina saída dos índios da fazenda Buriti – Região de Sidrolândia.

03 de junho de 2013: Justiça Federal suspende liminar de reintegração de posse concedida em favor do produtor rural e ex-deputado federal Ricardo Bacha – Região de Sidrolândia.

05 de junho de 2013: Produtores rurais invadem de forma violenta a área retomada na fazenda São Sebastião em Sidrolândia e alvejam o Terena Josiel Alves, encaminhado ferido para o hospital municipal. Ministério da Justiça envia ministro e homens da (FNSP) Força Nacional de Segurança Pública para a região.³¹



Figura - 3 Área em branco - reserva indígena atual; traço em vermelho - área definida por meio do Laudo antropológico da FUNAI de 2006.

Fonte: <http://www.questaoindigena.org/2013/07/nova-ampliacao-de-terra-indigena.html> .
Acessado em 13 out. 2013

O processo das retomadas das terras tradicionais do Buriti surgiu no século XX, na década de 1990. Conforme analisado anteriormente, os povos indígenas passaram a ter grandes conquistas com a promulgação da Constituição Federal Brasileira em 1988, respaldados pelos artigos 231 e 232. Desde 1920 já aconteciam as reivindicações dos Terena pelo seu território tradicional. Em 2000 houve, aproximadamente, 11 retomadas no território periciado pelo antropólogo Gilberto Azanha (2001), do GT criado pela FUNAI.

Nos embates pelas terras tradicionais, a aldeia do Buriti, por meio das retomadas, os Terena instalam acampamentos em áreas vitais de fazendas que estão dentro da área periciada, são elas, Arrozal, 3R (onde se instalou a Aldeia 10 de maio) e Querência.

Segundo relata Alcântara, em sua dissertação de Mestrado, (2013).

No dia 10 de maio de 2011 houve uma reunião da liderança indígena para discutir sobre o território, isto é, as fazendas instaladas dentro da área periciada. Após a discussão ficou decidido retomar a fazenda 3R no dia 11 de maio de 2011, na região de Sidrolândia.

Foram mobilizados para o embate 1500 guerreiros com a recomendação de estarem atentos quanto à integridade física por se tratar de um momento de tensão. E assim aconteceu: no dia 17 de maio, às 10 horas, ouvem-se três assovios, os guerreiros correm pra frente da fazenda prontos para o embate, o cacique dá um grito e pede que todos parem. Era a Polícia Federal e a PF não iria atacar. Na manhã do dia 18 de maio foi realizada uma reunião para considerar as informações da comissão terena recebidas do MPF da ida a Campo Grande, e discutir estratégias de defesa, caso a FUNAI não conseguisse derrubar a decisão da reintegração de posse.

Dia 20 de maio os caciques da aldeia Buriti recebem uma ligação telefônica informando que o doutor Emerson Kalif teria dito que a sentença havia sido favorável ao recurso impetrado, sendo derrubada, dessa forma, a liminar dos fazendeiros.

Recentemente, nos dias 7 a 9 de maio de 2013, dois anos após as retomadas de 2011, foi realizada uma grande assembleia com a presença de outras aldeias Terena fortalecendo esse processo no Estado do Mato Grosso do Sul. No dia 14 de maio de 2013, às 2h da madrugada outra parte que faltava da fazenda Querência foi retomada pelos guerreiros Terena.³² (ALCANTARA 2013, p.75-81)

Em 2013, o movimento das retomadas das Terras tradicionais nas regiões de Dois Irmãos do Buriti e Sidrolândia (identificada na figura 3, acima) toma novos direcionamentos.

³¹ Disponível em <http://www.conflitoambiental.icict.fiocruz.br/index.php?pag=ficha&cod=90>. Acessado em 21 out. 2013.

³² OLIVEIRA, Eder Alcântara História dos Terena da Aldeia Buriti: Memória, rituais e luta pela terra. Dissertação apresentada ao programa de pós – graduação em história da Universidade Federal da Grande Dourados (2013).

O conflito na região de Sidrolândia começou no dia 15 de maio, quando a fazenda Buriti foi ocupada pelos terena. De acordo com a FUNAI, são pelo menos seis as propriedades invadidas até o momento, sendo as outras: Lindoia, Cambará, Santa Clara, São Sebastião e Água Clara. A principal reivindicação dos terena é uma área cujo processo demarcatório se arrasta há 13 anos.³³

Os municípios de Dois irmãos do Buriti e Sidrolândia, ambos desconhecidos no Brasil, ganharam espaço nos focos das lentes midiáticas quando no dia 15 de maio de 2013 a fazenda Buriti foi ocupada pelos indígenas.

Nos quinze dias de tensão e enfrentamento os Terena dessa região resistiram à ação impetrada na justiça pelos fazendeiros que estavam de posse das terras indígenas. Entretanto, o confronto foi violento, resultando em morte:

No dia 30 de maio, o índio Oziel Gabriel, de 36 anos, morreu após cumprimento de mandado de reintegração de posse. Houve confronto entre indígenas e policiais. Na sexta, a propriedade foi novamente ocupada pelos Terena. Depois do episódio, a Justiça Federal determinou que a FUNAI promovesse a saída pacífica dos indígenas das propriedades, sob pena de multa diária de R\$ 1 milhão, em caso de descumprimento. A assessoria do órgão, em Brasília, diz que toma medidas para tentar anular a decisão.³⁴

Segundo Marques (2013), a questão é sempre tratada como um problema pontual, o que é um equívoco. São dezenas de comunidades reivindicando a demarcação de seus territórios e Buriti é apenas uma delas, a que está na mídia nesse momento.

Indígenas que ocupam a fazenda Buriti em Sidrolândia, a 70 km de Campo Grande, entraram em confronto com a Polícia Federal e a Companhia Independente de Gerenciamento de Crises e Operações Especiais (CIGCOE) nesta quinta-feira (30), durante o cumprimento da reintegração de posse. Mesmo com a determinação da Justiça, os Terena se recusam a deixar o local.³⁵

A decisão da Justiça Federal de reintegração de posse imediata da fazenda Buriti, em Sidrolândia, a 70 km de Campo Grande ocorreu na quarta-feira 29 de maio, em decisão tomada pelo juiz substituto da 1ª Vara Federal de Campo Grande, Ronaldo José da Silva, após a falta de

³³ Disponível em <http://g1.globo.com/mato-grosso-do-sul/noticia/2013/06/indio-e-baleado-em-area-ocupada-por-terena-em-ms-diz-funai.html>. Acessado em 08 out. 2013.

³⁴ Idem.

acordo entre produtores rurais e indígenas da etnia Terena durante a audiência de conciliação. Essa decisão foi cumprida pela Polícia Federal e a CIGCOE (Companhia de Gerenciamento de Crises e Operações Especiais) com o mandado de reintegração de posse da Fazenda Buriti, em Sidrolândia, que estava ocupada pelos índios desde o último dia 15 desse mês. Segundo Alberto Terena³⁶ para essa reintegração de posse chegaram seis ônibus, e mais ou menos vinte viaturas, possivelmente totalizando mais de duzentos policiais dos dois órgãos repressores do Estado. O guerreiro relata ainda que dentro da área da fazenda Buriti estavam acampados mais de quatro mil indígenas, entre mulheres, homens, crianças e anciãos da aldeia.

O impasse entre fazendeiros e índios na região de Sidrolândia, que resultou na morte de Oziel Gabriel, de 35 anos, durante reintegração de posse na Fazenda Buriti na última quinta-feira (29), chamou a atenção do mundo inteiro e virou destaque na imprensa internacional. Pelo menos 50 jornalistas acompanham a disputa de terra no município. Além da imprensa local estão na região equipes da Press TV, Hispain TV, Agência de Notícias de Londres e Agência Irã. Também estão repórteres do programa Profissão Repórter da TV Globo, a EBC (Empresa Brasileira de Comunicação – Agência Brasil e TV Brasil), o jornal O Globo, Folha de São Paulo. O jornalista Rony Curvelo, que representa as agências internacionais, disse que fica em São Paulo e manda as pautas para as agências no mundo todo e, conforme o assunto, a agência autoriza a ida dos profissionais até o local.³⁷

Após a repercussão na imprensa nacional e internacional, foi agendada uma audiência para a tarde do dia 6 de junho de 2013, no Ministério da Justiça, em Brasília, com os ministros José Eduardo Cardozo (Justiça) e Luís Inácio Adams da AGU (Advocacia Geral da União) para ouvir os indígenas e fazendeiros envolvidos. No intuito de representa-los nessa audiência, foi eleita uma comissão pelos caciques e lideranças no dia 5 de junho, em Anastácio, MS, na aldeia Aldeinha e estavam presentes trinta e três líderes, totalizando, aproximadamente, cento e vinte pessoas, além de mim, nesse encontro que elegeu quatro representantes, sendo dois Terena, Alberto França Dias, professor e líder Terena da aldeia do Buriti e Luis Elói, advogado e Terena da aldeia Ipegue, Tônico Benites, antropólogo e indígena da etnia Guarani da Aldeia Jaguapirú e Admir Matchua, líder da etnia Kadwéu da aldeia Alves de Barros.

³⁵ Disponível em

https://www.facebook.com/tatiane.servim/posts/414213612012006?comment_id=2040183&offset=0&total_comments=2¬if_t=mentions_comment. Acessado em 08 out. 2013.

³⁶ Entrevista cedida por Alberto França Dias, 46, nascido em Anastácio em 17/08/1967 e residente na aldeia Buriti.

Índios Terena estão reunidos, na tarde desta quinta-feira, no Ministério da Justiça, com os ministros José Eduardo Cardozo (Justiça) e Luís Inácio Adams (Advocacia-Geral da União). A audiência ocorre em auditório e é fechada à imprensa. Na pauta, a desocupação da Fazenda Buriti, no Mato Grosso do Sul, onde o índio Oziel Gabriel, de 35 anos, foi morto na semana passada. Conforme informou nesta quinta-feira o jornal O Estado de São Paulo, um grupo de 30 índios Terena deixou nesta quinta a região de Sidrolândia em um ônibus, rumo a Brasília. "Queremos uma solução", disse Elisur Gabriel, de 43 anos, um dos irmãos de Oziel.³⁷

Os representantes indígenas apresentaram-se para reivindicar seus direitos aparamentados com suas vestes de guerreiros e pintados para o embate numa explícita evocação às suas tradições e princípios recebidos de seus antepassados.

A morte do guerreiro Oziel não foi a primeira morte de um Terena em luta pela retomada de suas terras. Outro episódio ocorrido em 2010 também ocasionou a morte de uma mulher Terena em decorrência de uma emboscada na região de Miranda aos indígenas do acampamento Mãe-Terra. O ataque aconteceu a um ônibus de estudantes daquele local, causando ferimentos de queimaduras graves em vários deles, e ainda vitimando a jovem indígena Lurdesvoni Pires, de 28 anos, que veio a óbito após ficar mais de dois meses internada na Santa Casa de Campo Grande em estado grave. A Polícia Federal assumiu as investigações e suspeitou (para os indígenas é uma suspeita confirmada) da possibilidade de o atentado ter motivação relacionada às questões de terras.

Morreu por volta das 18h desta terça-feira, na Santa Casa de Campo Grande, a indígena Lurdesvoni Pires, 28 anos, que estava internada há mais de dois meses, com 70% do corpo queimado. Ela estava em um ônibus escolar que sofreu atentado no mês de junho, no município de Miranda. Lurdesvone teve 70% do corpo comprometido com as chamas que atingiram o ônibus. Uma (ou mais) pessoa ficou escondida em uma curva de estrada de chão na aldeia Babaçu e, quando o ônibus escolar passou, ateou uma espécie de tocha em chamas dentro do veículo escolar que carregava 30 passageiros. O atentado ocorreu no território indígena Cachoeirinha, onde vivem seis mil índios que habitam seis aldeias.³⁸

³⁷ Disponível em <http://www.campograndenews.com.br/cidades/jornalistas-do-mundo-inteiro-acompanham-impasse-entre-fazendeiros-e-indios>. Acessado em 21 out. 2013.

³⁸ Disponível em <http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,indios-terenas-se-reunem-com-ministros-em-brasilia,1039640,0.htm>. Acessado em 08 out. 2013.

³⁹ <http://www.portaldoms.com.br/artigo/artigos/17150-india-que-sofreu-atentado-em-onibus-escolar-morre-na-santa-casa?imprimir=sim>. Acessado em 11 out. 2013.

Os indígenas da atual geração da etnia Terena, que sobrevivem como verdadeiros guerreiros sofreram, ao longo da história, o esbulho de suas terras tradicionais por aqueles que são chamados de civilizados, pertencentes a uma classe dominadora que nunca respeitou as fronteiras dos habitantes originais.

Cleber França Dias⁴⁰ guerreiro (*shuna 'asheti* ou *chuná-acheti*) e participante das retomadas Terena, relatou algumas partes das estratégias e os “treinamentos” que serviram de base para a entrada nas fazendas, providências essas necessárias devido à tensão dos conflitos na região de fronteira com as terras indígenas, acirrados pelos seguranças, uma espécie de “capangas” contratados pelos fazendeiros, inimigos em potencial dos guerreiros.

Cleber conta que, momentos antes das retomadas, os guerreiros ficam enfileirados, ou seja; um atrás do outro, depois saem apressadamente e, quando se aproximam da fazenda já reconhecida como território tradicional, essa formação inicial se transforma em um grande círculo, onde é empreendida maior velocidade nas passadas. É justamente nesse momento que todos gritam, simultaneamente, circulando a sede da fazenda de maneira a posicioná-la no centro do círculo, estratégia treinada muito arriscada e perigosa quanto à integridade física dos guerreiros.

Outrora (mas em certas aldeias e dadas certas circunstâncias isso prevalece ainda hoje) a sociedade Terena dividia seus membros em "camadas", segundo a expressão de Cardoso de Oliveira (1976) e cuja filiação era (e se dá ainda) pela linha paterna. Estas camadas são denominadas *naati* ("gente de chefes"), *wahêrê* ("gente que pede" ou "guerreiros", ou ainda modernamente "soldados") e *cauti* (corruptela de "cativo", outrora aplicada a indivíduos de outras etnias capturados nas guerras e incorporados à sociedade Terena como trabalhadores e serviçais). Apesar da condição filiativa patrilinear, o segundo podia (ou pode) ascender à primeira condição dependendo do seu desempenho, outrora basicamente guerreiro. São camadas endogâmicas e ainda hoje (em Cachoeirinha, pelo menos) classificam um casamento como "bom" (aquele que respeitou a regra endogâmica) ou "ruim" (que não observou a regra). (OLIVEIRA, 1976, p.49).

Entendemos que para esses embates ocorridos pela retomada das Terras Tradicionais indígenas, a mitologia Terena serviu como máquina de guerra (DELEUZE, 1997), sendo utilizada como pano de fundo na conscientização da importância de ser guerreiro Terena, figura já conhecida mitologicamente como *shuna 'asheti* ou *chuná-acheti*, ainda que presente apenas no inconsciente coletivo da comunidade.

⁴⁰ Entrevista realizada em Anastácio em 11/10/2013 com Cleber França dias, 50, guerreiro Terena, nascido em 13/03/1963 e residente na aldeia do Buriti.

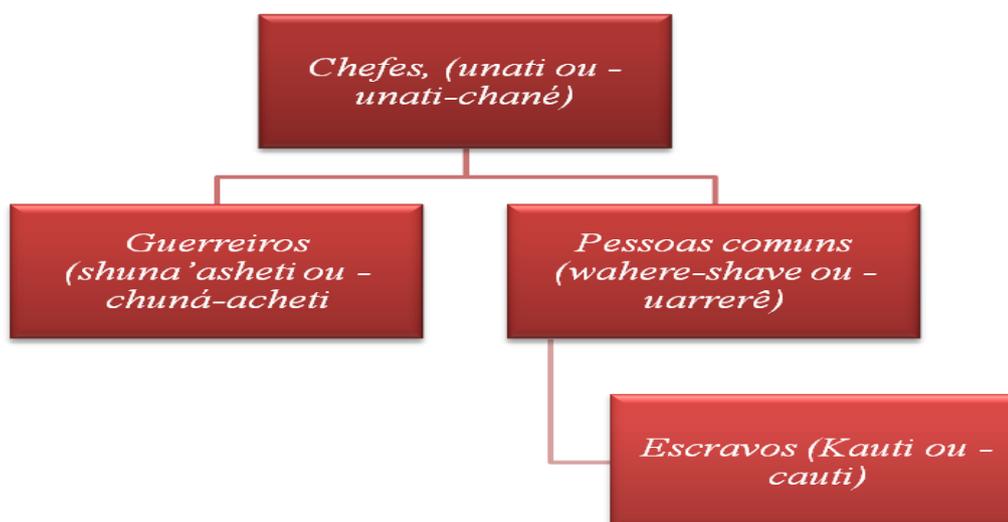
Criticou-se muita gente por esse modo de proceder, afirmando que os mitos de uma determinada população só podem ser interpretados e entendidos no quadro da cultura dessa mesma população. Há muitas coisas que eu posso dizer, em jeito de resposta, a propósito dessa objeção. Em primeiro lugar, parece-me bastante óbvio que, como demonstrou em anos recentes a chamada Escola de Berkeley, a população das Américas pré-colombianas era muito maior do que se supunha. E, como era muito maior, é óbvio que essas populações estavam de certo modo em contato umas com as outras e que as crenças, as práticas e os costumes se difundiam. Qualquer população estava sempre em posição de saber o que acontecia na população vizinha. O segundo ponto, no caso que estamos a considerar, é que esses mitos não existem isolados, por um lado no Peru, e por outro no Canadá, antes surgem repetidamente nas áreas intermédias. Na verdade, são mais mitos pan-americanos que mitos dispersos por diferentes partes do continente. (LÉVI-STRAUSS 2003, p.27).

Segundo Lévi-Strauss (2003, p. 27), os mitos não são isolados, são mais pan-americanos e se encontram presentes em todas as diferentes partes do continente. Os mitos existem e eles são incorporados no invólucro das crenças tradicionais e culturais de um povo que passa a se revelar em atitudes cotidianas, não importando o lugar do seu habitat.

CAPÍTULO 4 - ORGANIZAÇÃO SOCIAL TERENA – SEPARAÇÃO EM QUATRO CLASSES

Oberg afirma ainda que:

A organização dual das sociedades sul-americanas já está presente entre grupos indígenas caçadores-coletores. Faz ele referência aos Terena como exemplo de organização dual. Além da divisão dual, tinham os Terena uma separação em quatro classes sociais: Chefes, (*unati*, ou *unati-chané*), Guerreiros (*shuna'asheti* ou *chuná-acheti*), Pessoas comuns (*wahere-shave*, ou *uarrerê*) e Escravos (*Kauti*, ou *cauti*). (Verificar gráfico abaixo.) (OBERG 1985: 11).



Esses *chanés* (índios Terena) seguem de forma atenta e afinada com a oralidade de seus ancestrais em busca daquilo que sempre lhes pertenceu. Segundo Lévi-Strauss (2003, p. 27), a mitologia é estática: encontramos os mesmos elementos mitológicos combinados de infinitas maneiras, mas num sistema fechado, contrapondo-se à história, que evidentemente, é um sistema aberto.

A mitologia Terena é perceptível quando é analisada como algo não isolado, e sim de forma intercambiada com a sua ancestralidade. Dentro do contexto da sociedade Terena, quando o assunto é mito e crenças tradicionais, a oralidade e mitologia se encontram interligados aos assuntos relacionados às suas terras, o que foge às normas de uma sociedade aberta que tem a sua história oficial. Fica evidenciado na fala de Cleber França Dias, um autêntico guerreiro Terena (*shuna'asheti* ou *chuná-acheti*), essa relação intrínseca da mitologia do seu povo, e isso é intercambiado na coletividade da memória dessa etnia que, conforme Lévi-Strauss (2003, p. 27), os mitos se encontram presentes em todas as diferentes

partes do continente. E quando o assunto é voltado para a retomada das terras tradicionais é fundamental e necessário realizar essa análise no campo da mitologia que é uma vertente indispensável para discutir o assunto. Com essa prerrogativa mitológica, surgem dentro desse contexto sócio-cultural os chamados, segundo (OBERG 1985:11) os índios guerreiros (*shuna'asheti* ou *chuná-acheti*) aparmantados com instrumentos da lida diária, além do arco e flecha, onde esses, numa evocação de seus antepassados, e tradições que foram passadas de geração em geração, saem em defesa de seus territórios oferecendo resistência aos propensos inimigos, tendo um envolvimento direto junto à comunidade no processo de retomadas de suas terras.

O termo Máquina de Guerra não significa que o Estado, reino ou império constituem um poderio bélico e aparato militar para enfrentar seus inimigos internos ou externos, mas mostra que é sempre exterior às diversas formas de Estado surgidas ao longo da história.

Axioma I: A máquina de guerra é exterior ao aparelho de Estado.

Quanto à máquina de guerra em si mesma, parece efetivamente irreduzível ao aparelho de Estado, exterior à sua soberania, anterior a seu direito: ela vem de outra parte. *Indra, o deus guerreiro, opõe-se tanto a Varuna como a Mitra.* Não se reduz a um dos dois, tampouco forma um terceiro. Seria antes como a multiplicidade pura e sem medida, a malta, irrupção do efêmero e potência da metamorfose. (DELEUZE & GUATTARI, 1997, p.8)

Ela ressurgue da tensão com o Estado em termos de oposição com bandos e forma política “estatal” ou entre ciências oficiais e menores.

Não basta afirmar que a máquina é exterior ao aparelho, é preciso chegar a pensar a máquina de guerra como sendo ela mesma uma pura forma de exterioridade, ao passo que o aparelho de Estado constitui a forma de interioridade que tomamos habitualmente por modelo, ou segundo a qual temos o hábito de pensar. (DELEUZE & GUATTARI, 1997, pp.10,11)

O paradigma que fomos “acostumados” a considerar é o Estado, seu aparato militar, sua força bélica, sua estrutura enrijecida e pronta, cuja finalidade é assegurar as condições para dominar, seja por meio de leis ou ameaças.

Esse “acostumar” leva-nos, por vezes, a não considerarmos outras organizações, formações, sociedades, muitas vezes minoritárias, exteriores a ele, e que se constituem em um segundo paradigma. Elas, entretanto, se destacam por significar um movimento acelerado e

extrínseco ao primeiro paradigma – característica primordial da máquina de guerra – pois é exterior ao aparelho de Estado.

As sociedades primitivas segmentárias foram definidas com frequência como sociedades sem Estado, isto é, em que não aparecem órgãos de poder distintos. Mas disto concluía-se que essas sociedades não atingiram o grau de desenvolvimento econômico, ou o nível de diferenciação política que tornariam a um só tempo possível e inevitável à formação de um aparelho de Estado: os primitivos, desde logo, "não entendem" um aparelho tão complexo. O primeiro interesse das teses de Clastres está em romper com esse postulado evolucionista. Clastres não só duvida que o Estado seja o produto de um desenvolvimento econômico determinável, mas indaga se as sociedades primitivas não teriam a preocupação potencial de conjurar e prevenir esse monstro que supostamente não compreendem. Conjurar a formação de um aparelho de Estado, tornar impossível tal formação, tal seria o objeto de certo número de mecanismos sociais primitivos, ainda que deles não se tenha uma consciência clara. Sem dúvida, as sociedades primitivas possuem chefes. Mas o Estado não se define pela existência de chefes, e sim pela perpetuação ou conservação de órgãos de poder. (DELEUZE & GUATTARI, 1997, p.14)

Considerando as sociedades constituídas fora do aparelho do Estado, essas não podem ser consideradas inferiores por não formarem um Estado e está longe de indicar algum atraso em seu processo de evolução natural – tese defendida por Clastres (1974).

Além dessa estratificação em camadas, os indivíduos Terena estão divididos em duas metades, cuja filiação também é dada patrilinearmente: as metades *sukirikionó* ("sérios" e "mansos") e *xumonó* ("gozadores" e "bravos"). Apesar de seu status apenas cerimonial, esse par de metades é levemente desigual, com os Terena emprestando um valor mais positivo aos membros da primeira em relação à segunda (CARDOSO DE OLIVEIRA, 1976: 49).

Nas terras retomadas, os guerreiros indígenas aguardam o fechamento das negociações do agente interlocutor que é o Estado, tendo a incumbência de realizar as articulações com os “fazendeiros” nominados assim pelos indígenas que retomaram suas terras tradicionais nas regiões de Dois Irmãos do Buriti e Sidrolândia.



Figura 5 – Guerreiros Terena prontos para a retomada das Terras Buriti
 Fonte: Resistência do povo Terena

Sobre esse momento, foram feitas quatro entrevistas com perguntas semelhantes e respostas diferenciadas, de acordo com o olhar de cada um. Vale ressaltar que todos esses entrevistados se emocionaram ao relatar as suas ações nesse processo. As entrevistas constaram de cinco perguntas feitas a diferentes líderes, ou pessoas com representatividade nas comunidades indígenas das Terras Tradicionais Buriti e que participaram nos conflitos, são eles: Alberto França Dias (AFD), professor e líder das retomadas; Janis Reginaldo (JR), guerreiro e líder na aldeia Água Azul; Sueli Firmino Delgado (SFD), professora e guerreira, ferida à bala de borracha no conflito de 2013 e Eder Alcântara de Oliveira (EAO), Mestre em História, vereador e guerreiro. Essas entrevistas feitas por mim Tomas Patrocínio (TP), estão apresentadas na íntegra no anexo 2 ao final deste trabalho.

A noção de pertencimento ao território tradicional indígena é algo muito claro nessas entrevistas. Segundo Milton Santos, o território são formas, mas o território usado são objetos e ações, sinônimo de espaço humano, espaço habitado. (SANTOS, p. 10). Essa singularidade de espaço humano habitado, conceituada por Santos, se perpetua entre os Terena, onde fica estabelecido uma relação intrínseca de afetividade com o lugar de habitação de seus ancestrais.

Noel Patrocínio⁴¹, professor aposentado, filho de André Patrocínio que em 1930 foi ao Rio de Janeiro com uma comissão de indígenas do Buriti por discordarem da demarcação do SPI⁴², narra a história que ouviu de seu pai, que por sua vez ouviu de seus antepassados: “Meu

⁴¹ Entrevista realizada na aldeia do Buriti em 25/07/2013 com Noel Patrocínio⁴¹, 82, professor aposentado, nascido em 09/06/1931 e residente na aldeia Buriti.

⁴² O Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais, mais tarde apenas Serviço de Proteção aos Índios (SPI), foi criado pelo Decreto-Lei nº 8.072, de 20 de junho de 1910, com o objetivo de ser o

pai fez parte dessa reconquista, porque era amigo e homem de confiança do primeiro cacique desses 2090 hectares, o cacique Joaquim Teófilo. Quando o SPI mediu esses 2090 hectares não era essa a área que a comunidade queria, era uma área muito maior. A equipe que veio do SPI (deve ter sido uma equipe) demarcaram esses 2090 hectares e entregaram ao cacique, e quando o cacique ficou sabendo da extensão da área demarcada, disse que não era essa área que a gente queria, era muito maior. Mas a equipe tinha concluído o trabalho dela, tinha colocado os marcos, fazer o quê?”.

Podemos atestar o movimento acelerado e extrínseco característicos da máquina de guerra no momento em que o cacique Joaquim Teófilo, tem a atitude de enviar mensageiros ao Rio de Janeiro para tratar da correção na demarcação das terras indígenas.

Noel Patrocínio⁴³ relata a conversa do cacique com seu pai André: “Então, eu preciso, André, mandar uma comissão lá para o Rio de Janeiro”, disse o cacique, “para falar com o chefe do SPI, e reclamar pra ele que a terra que foi medida pra nós é muito pouca; não é essa área que nós queremos e precisamos. Só que eu não vou, André”. E meu pai perguntou: “Mas, por que você não vai?”, ao que ele respondeu: “Porque eu não sei conversar André.”.

E a demora (intencional ou não, não se pode atestar) do Estado em fazer a correção foi impingindo uma acomodação, uma letargia e “aculturação” nas gerações seguintes, que se distanciaram da necessidade de ter o espaço ampliado ou corrigido, uma vez que muitos se fixaram fora desse espaço/território, passando a ser parte do território do Estado.

Na fala de Alberto França dias,⁴⁴ professor, líder e guerreiro na retomada 2013, essa relação de identidade e comprometimento com a causa que se encontram imbuídos é perceptível no momento em que é relatado por ele: “Eu participei como um dos líderes de nossa comunidade, trabalhando em busca de nossos direitos constitucionais e um desses direitos é a questão dos nossos territórios tradicionais. Criaram as reservas indígenas não respeitando o nosso território e ao longo desses anos a gente tem esperado que o governo e a justiça resolvessem a situação da demarcação de nossas terras⁴⁵.”

Os encontros e reuniões com as lideranças de outras aldeias é o ponto alto dessa compenetração para pôr em prática as ações na coletividade indo para o embate nas retomadas. Segundo Domenech Paulo Oneto, “É por ganhar peso em determinados momentos

órgão do Governo Federal encarregado de executar a política indigenista. Sua principal finalidade era proteger os índios e, ao mesmo tempo, assegurar a implementação de uma estratégia de ocupação territorial do País. Fonte: <http://www.funai.gov.br/quem/historia/spi.htm> Acessado em 25 jul. 2013.

⁴³ Ibidem

⁴⁴ Entrevista realizada na aldeia do Buriti em 25/07/2013 com Alberto França Dias⁴⁴, 46, professor, nascido em 17/08/1967 e residente na aldeia Buriti.

⁴⁵ Idem

que o corpo móvel perde velocidade e tende a ser dominado por uma força centrípeta, levando à sua captura na interioridade naturalizada do aparelho de Estado” (ONETO, 1980).⁴⁶

Os guerreiros Terena se rebelaram não somente contra o Estado, mas contra a inércia que anos a fio foi tomando conta das gerações, resultando num estímulo à ação, à retomada.

A Buriti está em área reivindicada pelos índios em um processo que se arrasta há 13 anos. A terra indígena Buriti foi reconhecida em 2010 pelo Ministério da Justiça como de posse permanente dos índios da etnia terena. A área de 17,2 mil hectares foi delimitada, e a portaria foi publicada no Diário Oficial da União. Mas até hoje a Presidência da República não fez a homologação. O relatório de identificação da área foi aprovado em 2001 pela presidência da FUNAI, mas decisões judiciais suspendem o curso do procedimento demarcatório. Em 2004, a Justiça Federal declarou que as terras pertenciam aos produtores rurais. A Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e o Ministério Público Federal (MPF) recorreram. Em 2006, o Tribunal Regional Federal modificou a primeira decisão e declarou a área como de ocupação tradicional indígena. Produtores rurais entraram com recurso e conseguiram decisão favorável em junho de 2012.⁴⁷

As retomadas de 2008 e 2013, no contexto de letargia do Estado, levaram a um grande conflito nas regiões de Dois Irmãos do Buriti e Sidrolândia, que, segundo Marques (2003), ele esteve realizando trabalho de perícia solicitado pela Justiça na reserva Buriti, e avaliou que a posição dos Terena é sustentada porque a FUNAI reconheceu a área indígena em 2001, a partir de estudo do antropólogo Gilberto Azanha (2000) e há 12 anos eles aguardam uma decisão definitiva.

As retomadas lideradas pelos guerreiros, os *shuna'asheti* ou *chuná-acheti*, representam a exteriorização, o grito de libertação e posse de suas tradições fomentada pela transmissão oral feita pelos anciãos e apreendida pelos jovens guerreiros atualmente significando, primeiro, uma necessidade premente quanto à retomada de seu espaço devido ao grande número de descendentes dependentes da terra para a sobrevivência de suas famílias e, segundo, a conquista do direito que lhes fora assegurado pela Constituição de 1988. Assim, a mitologia Terena usa a figura do guerreiro *shuna'asheti* ou *chuná-acheti*, para a liderança desse momento, como uma máquina de guerra para a resistência.

“a máquina de guerra comporta tanto peso e gravidade quanto velocidade (a distinção do pesado e do leve, a dissimetria da defesa e do ataque, a oposição do repouso e da tensão) (...) um equilíbrio de

⁴⁶ Disponível em: http://uninomade.net/wp-content/files_mf/110810121118A%20nomadologia%20de%20Deleuze%20e%20Guattari%20-%20Paulo%20Domenech%20Oneto%20.pdf. Acessado em 25 jul. 2013.

⁴⁷ Disponível em <http://g1.globo.com/mato-grosso-do-sul/noticia/2013/06/indios-dizem-que-vao-permanecer-em-fazenda-invadida-em-ms.html>. Acessado em 08 out. 2013.

forças é um fenômeno de resistência, ao passo que o revide implica uma precipitação ou uma mudança de velocidade que rompem o equilíbrio” (DELEUZE-GUATTARI, 1997, p.64).

Os guerreiros vêm à tona nesse processo das retomadas das Terras tradicionais do Buriti, para a defesa e combate, utilizando de instrumentos que antes serviam para arar a terra, providenciar e prover o alimento das suas famílias (utensílio para um trabalho determinado) e que naquele momento se transformaram em instrumentos de defesa por seu território, seu espaço (arma para uma ação imediata), significando serem conhecedores dos seus direitos, primeiramente como os originais da terra e em segundo lugar pelo direito adquirido, dado pelo próprio Estado através da Constituição de 1988.

Quanto mais mecanismos de projeção uma ferramenta comporta, mais ela mesma age como arma, potencial ou simplesmente metafórica. Ademais, as ferramentas não param de compensar os mecanismos projetivos que comportam, ou os adaptam a outros fins. A ferramenta, ao contrário, seria muito mais introceptiva, introjetiva: ela prepara uma matéria à distância para trazê-la a um estado de equilíbrio ou adequá-la a uma forma de inferioridade. Nos dois casos, existe a ação à distância, mas num caso é centrífuga, e no outro, centrípeta. Diríamos, do mesmo modo, que a ferramenta se encontra diante de resistências, a vencer ou a utilizar, ao passo que a arma se encontra diante de revides, a evitar ou a inventar (o revide é, aliás, o fator inventivo e precipitante da máquina de guerra, desde que não se reduza apenas a um sobrelanço quantitativo, nem a uma parada defensiva). (DELEUZE-GUATTARI, 1997, p.62)

“O meu povo não pode cantar e dançar quando lhe estão roubando as terras, atando e obrigando milhares de nossos patrícios a trabalhar em condições de escravos”, falou Dionedison Cândido⁴⁸, em uma palestra aos acadêmicos de geografia do quarto ano da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul. Esse tom de discurso tem sido o mais frequente nos embates contra os ideários do Estado intermediador do conflito. Sempre convictos dessa relação intrínseca entre a posse da terra e a oralidade de seus ancestrais e anciãos, fundamentados em um lastro de afetos, que culmina na grande defesa de seus territórios. Segundo Deleuze & GUATTARI, a ferramenta se encontra diante de resistências, a vencer ou a utilizar. (Deleuze & GUATTARI, 1997, p.60)

⁴⁸ Palestra realizada por Alberto França Dias e Dionedison Cândido, a convite do professor Elvis Matos na disciplina Geografia do MS, quando foi tratado a participação dos Terena na guerra do Paraguai.



Figura 6 – Guerreiros Terena no plantio
Fonte: Resistência do povo Terena

A mitologia, baseada na oralidade se transforma como uma espécie de ferramenta de ataque e defesa (máquina de guerra), enrijecendo a musculatura ideológica dos guerreiros Terena, que se contrapõem às ações excludentes, segregadoras e alienadoras de um Estado, que por meio da imprensa pulveriza a sociedade com o pensamento da classe dominante, por conta do monopólio da terra detido pelas camadas sociais mais ricas do estado. Os instrumentos-armas arco e flecha, borduna, machados, foices, arados e enxadas reivindicam o papel do Estado como o articulador nesse momento de tensão e conflito.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Toda a abordagem pesquisada *in loco*, a luz dos aspectos culturais da etnia Terena, foi realizada com embasamento teórico nos conceitos de território de [HAESBAERT (2004), SANTOS (1994), SOUZA LIMA (2002), VIVEIROS DE CASTRO (2002)]. Os conceitos de Mitologia, de Lévi-Strauss (1978) e Máquina de Guerra, DELEUZE (1997), foram utilizados para a compreensão do processo de formação dos “guerreiros” Terena que atuaram na luta pela retomada de terras na comunidade Terena de Buriti nos municípios de Dois Irmãos do Buriti e Sidrolândia.

O povo Terena, como tantas populações tradicionais, tem pela forma de viver e a maneira diferente de olhar para a terra como subsistência, um diferente olhar para as gerações futuras da aldeia. As entrevistas que seguem em anexo contém o relato de alguns atores, como anciãos e os próprios guerreiros. Os anciãos cuja força soma-se às de outras gerações que vivem nesse cenário, onde a palavra de ordem é lutar bravamente, contribuem para a resistência a dominação pela sociedade envolvente, para que não sejam sucumbidos e consigam preservar suas crenças, costumes e tradições, e direitos, que incluem a posse de seus territórios tradicionais.

“O governo tem se mostrado omissos com o problema fundiário dos indígenas em Mato Grosso do Sul. (...) A questão é sempre tratada como problema pontual, o que é um equívoco. São dezenas de comunidades reivindicando a demarcação de seus territórios, Buriti é apenas um desses casos, o que está na mídia nesse momento”. A avaliação é de Levi Marques Pereira, professor na Universidade Federal da Grande Dourados, e que está acompanhando os conflitos entre fazendeiros e os índios Terenas, que reivindicam a ocupação de Buriti.⁴⁹

Segundo Levi Marques Pereira⁵⁰, antropólogo renomado e batalhador das causas indígenas, a solução seria a devolução das terras para os indígenas e a indenização dos proprietários:

⁴⁹ Disponível em <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/520726-o-vinculo-dos-terena-de-buriti-com-a-terra-que-reivindicam-e-historico-e-cultural-entrevista-especial-com-levi-marques-pereira> Acessado em 25 jul. 2013.

⁵⁰ **Levi Marques-Pereira** é graduado em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas – PUC-Campinas, especialista em História da América Latina pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS, mestre em Antropologia Social pela Universidade Estadual de Campinas – Unicamp, doutor em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo – USP, e pós-doutor em Antropologia Social pela Unicamp. É professor adjunto da Universidade Federal da Grande Dourados, onde participa dos programas de pós-graduação em Antropologia e História. Realizou perícias para a justiça (estadual e federal) e trabalhos técnicos para governos, UNICEF e UNESCO. Atua também em estudos de licenciamento ambiental.

“Nos casos em que há comprovação da ocupação tradicional indígena, como no caso dos 17.200 hectares reivindicados pelas aldeias de Buriti, a solução parece passar pela devolução das terras para os indígenas e a indenização dos proprietários. A indenização deve ser considerada como procedimento justo, tendo em vista que a cadeia dominial é antiga. Via de regra, os atuais proprietários adquiriram as terras de boa fé e não foram eles os responsáveis pela expulsão dos indígenas. O Estado deve assumir o ônus de ter titulado terras indígenas em nome de particulares, deve reconhecer seu erro e ressarcir tanto os indígenas como os atuais proprietários.”⁵¹

O enfoque dado a este trabalho foi a discussão atual que tem tomado espaço na imprensa eletrônica do Estado do Mato Grosso do Sul, retratando aqui as batalhas incansáveis para o retorno às Terras Tradicionais onde viveram os seus ancestrais. Nesse processo de levantamento de dados foram feitas leituras específicas que puderam enriquecer a discussão do tema propositado, levando-se em conta a memória, através da oralidade dos anciãos, contraponto à história tida como oficial – a chamada “leitura contra pelo”.

A “leitura a contra pelo” buscando desconstruir o discurso da história oficial propagado pela mídia eletrônica em MS (neste caso o Jornal Eletrônico Campo Grande News) procurou desvendar fatos distorcidos que não têm um registro interessante à classe dominadora.

Isto posto, leva-nos a uma reflexão sobre os dois lados existentes e que se contrapõem: o primeiro lado é daqueles que estão fora dessa realidade dos conflitos, haja vista que em boa parte da sociedade não indígena, intencional e tendenciosamente, prevalece uma história “oficial” contada na escola pela classe dominante, contrapondo a figura do índio como indolente e preguiçoso à figura do não índio como produtivo, latifundiário e interessado no progresso do país. Do outro lado, encontra-se um povo que tem noção de pertencimento e lugar, vertentes fundamentais da ciência geográfica, reivindicando seus direitos como donos das terras que lhes foram asseguradas, sendo os que efetivamente vivenciaram os momentos de tensão e conflito no processo das retomadas nesses últimos anos, que se utilizam de sua mitologia, onde há a presença de guerreiros, como máquina de guerra para este enfrentamento.

Procuramos com este trabalho, contribuir para a compreensão da formação do grupo de guerreiros Terena na comunidade de Buriti, refletindo sobre os embates nas retomadas de seus territórios originais. Concluímos que os Terena se “rebelaram” não contra o Estado, mas contra a inércia que anos a fio foi tomando conta das gerações.

⁵¹ Disponível em <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/520726-o-vinculo-dos-terena-de-buriti-com-a-terra-que-reivindicam-e-historico-e-cultural-entrevista-especial-com-levi-marques-pereira>. Acessado em 26 out. 2013.

REFERENCIAS BIBLIOGRAFICAS

ADORNO, W. Teodor & HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento Fragmentos Filosóficos*. 1947.

ALTENFELDER SILVA, Fernando. “Mudança cultural dos Terena”. *Revista do Museu Paulista*. V.III, São Paulo, 1949, pp.271-379.

AZANHA, Gilberto. *As terras indígenas Terena no Mato Grosso do Sul*. *Revista de Estudos e Pesquisas*, jul. 2006, Brasília: FUNAI, v.2, n.1, p.61-111.

_____. *Relatório de Identificação das Terras Indígenas Cachoeirinha, Buriti e Taunay – Ipegue*. 2001, Centro de Trabalho Indigenista. Disponível em <<http://www.trabalhoindigenista.org.br>> Acesso em 14 set. 2013.

_____. *Relatório antropológico para a redefinição dos limites da Terra Indígena Buriti*. In: Processo FUNAI/BSB/0465/93. Inédito. Brasília: FUNAI, 2001.

_____. *Relatório GT 553/FUNAI*. Brasília: FUNAI, 2000.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 7. ed., trad. Sérgio Paulo Rouanet, São Paulo: Brasiliense, 1994, pp. 222-232.

CARVALHO, Edgar de Assis. *As alternativas dos vencidos*. São Paulo: Paz e Terra, 1979, Col. Estudos Brasileiros, vol.33.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo B. 2002. *A Inconstância da Alma Selvagem e Outros Ensaio de Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify. 552 pp.

CLASTRES, Pierre. *A sociedade contra o Estado*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978.

CLAVAL, Paul. *A Geografia cultural*. Florianópolis: Editora da UFSC; ed. or., *La géographie culturelle*, Paris: Nathan, 1995, 1999.

DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Felix. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. vol 5. Rio de Janeiro: Editora 34, 1997.

EREMITES DE OLIVEIRA, Jorge; PEREIRA, Levi M. “‘Duas no pé e uma na bunda’: da participação terena na guerra entre o Paraguai e a Tríplice Aliança à luta pela ampliação de limites da Terra Indígena Buriti”. *História em reflexão*, Dourados, n. 1, v2, pp. 1-20. 2007.

_____. VIANA, Sibeli Aparecida. “O Centro-Oeste antes de Cabral”. Revista USP, n.44, v.2, São Paulo, 2000, pp. 142-189.

HAESBAERT, Rogerio. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multi-territorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

HALL, Stuart. *A questão da identidade cultural*, Campinas: IFCH/UNICAMP, 1985. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1976.

LE GOFF, Jacques. *História e memória*; trad. Bernardo Leitão et al.. Campinas: Edit. UNICAMP, 1990.

LEFEBVRE, Henri. La Production de l’Espace. Paris: Anthropos. In: LÉVY, P. 1996. *O que é virtual*. São Paulo: Ed. 34. 1986 (1974).

LÉVI-STRAUSS, Claude. *O mito e o significado*. Lisboa: Edições 70, 2007.

BERG, K. 1948. *Organização social Terena*. Trad. Carvalho, S.M.S., Terra Indígena, Araraquara, 1985, pp. 9-21, 33.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. O dualismo terena. In: Schaden, E. *Leituras de Etnologia Brasileira*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976, pp.186-192.

_____. *Identidade, Etnia, e Estrutura Social*. São Paulo: Pioneira, 1976.

_____. *O trabalho do antropólogo*. São Paulo: Editora da Uneso, 2006.

_____. *Do índio ao Bugre: o processo de assimilação dos Terena*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1976.

ONETO, Domenech Paulo. *A nomadologia de Deleuze-Guattari*, 1980. Disponível em: <http://uninomade.net/wp-content/files_mf/110810121118A%20nomadologia%20de%20Deleuze%20e%20Guattari%20-%20Paulo%20Domenech%20Oneto%20.pdf>. Acesso em 25 set. 2013.

PEREIRA, Levi Marques. *Os Terena de Buriti: formas organizacionais, territorialização e representação da identidade étnica*. Dourados: Ed.. UFGD, 2009.

SANTOS, Milton; ADÉLIA, Maria. *Território globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 2004.

STAVENHAGEN, Rodolfo. “Etnodesenvolvimento: uma dimensão/ignorada no pensamento desenvolvimentista”. Anuário/Antropológico. Rio de Janeiro, n. 84, 1984, p.57.

LISTA DE SITES

<http://agenciabrasil.ebc.com.br/noticia/2013-06-06/ministro-da-justica-e-indios-terenas-se-reunem-para-negociar-solucao-pacifica-para-desocupacoes-em-> Acessado no dia 03/10/2013.

<http://g1.globo.com/mato-grosso-do-sul/noticia/2013/06/indio-e-baleado-em-area-ocupada-por-terena-em-ms-diz-funai.html> Acessado em 08/10/2013

<http://laced.etc.br/site/pdfs/gilbertoazanha.pdf> Acessado em 14/10/2013

<http://www.campograndenews.com.br/cidades/jornalistas-do-mundo-inteiro-acompanham-impasse-entre-fazendeiros-e-indios> Acessado em 21/10/2013

<http://www.estadao.com.br/noticias/nacional,indios-terenas-se-reunem-com-ministros-em-brasilia,1039640,0.htm> Acessado em 08/10/2013

<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/520726-o-vinculo-dos-terena-de-buriti-com-a-terra-que-reivindicam-e-historico-e-cultural-entrevista-especial-com-levi-marques-pereira> Acessado em 26/10/2013

<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/520726-o-vinculo-dos-terena-de-buriti-com-a-terra-que-reivindicam-e-historico-e-cultural-entrevista-especial-com-levi-marques-pereira> acessado em 26/10/2013

<http://www.mercator.ufc.br/index.php/mercator/article/viewFile/192/158>, acessado em 13/07/2013.

<http://www.midiamax.com.br> acessado em 13/07/2013

<http://www.sidrolandianews.com.br> acessado dia 23/07/2013

<http://www.sidrolandianews.com.br> acessado dia 23/07/2013

<http://www.taruma.sp.gov.br/noticias/ler/taruma-se-prepara-para-receber-grupo-indigena-da-tribo-terena> Acessado em 14/10/2013

<http://mobilizacaonacionalindigena.wordpress.com/tag/terras-indigenas/> Acessado em 13/10/2013

<http://www.funai.gov.br/quem/historia/spi.htm> Acessado em 25/07/2013

<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/520726-o-vinculo-dos-terena-de-buriti-com-a-terra-que-reivindicam-e-historico-e-cultural-entrevista-especial-com-levi-marques-pereira>
Acessado em Acessado em 01/11/2013

<http://www.portaldoms.com.br/artigo/artigos/17150-india-que-sofreu-atentado-em-onibus-escolar-morre-na-santa-casa?imprimir=sim> Acessado em 11/10/2013

<http://cidadedourados.com.br/2013/05/31/indios-terena-ocupam-fazenda-em-aquidauana-um-dia-apos-morte-em-sidrolandia/> acessado em 29/08/2013

<http://www.caaraponeWS.com.br/noticia/cidades/5,38237,oziel-e-o-primeiro-terena-morto-na-historia-recente-de-conflitos-diz-antropologo> acessado em 23/07/2013.

<http://www.conflitoambiental.icict.fiocruz.br/index.php?pag=ficha&cod=90> Acessado em 21/10/2013

<http://www.ihu.unisinos.br/noticias/noticias-arquivadas/27714-terenas-acusam-pm-de-violencia-em-acao-de-despejo> Acessada em 20/10/2013

<http://www.midiamax.com.br/noticias/854510-oziel+primeiro+terena+morto+historia+recente+conflitos+diz+antropologo.html#.UiUOfzY3tc8> acessado em 01/08/2013

<http://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2013/05/31/pmataram-um-guerreiro-nosso-diz-cacique-terena-apos-morte-durante-desocupacao-em-sidrolandia-ms.htm> em acessado em 04/08/2013

<http://g1.globo.com/mato-grosso-do-sul/noticia/2013/06/indio-e-baleado-em-area-ocupada-por-terena-em-ms-diz-funai.html> Acessado em 03/06/2013

<http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/521037-politica-indigenista-e-exatamente-de-uma-farsa-que-estou-falando-entrevista-especial-com-jorge-eremitas-de-oliveira> Acessado em 21/10/2013

<http://www.questaoindigena.org/2013/07/nova-ampliacao-de-terra-indigena.html> Acessado no dia 30/10/2013

<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/07/1306161-manifestacoes-no-brasil-sao-por-mais-direitos-afirma-dilma.shtml> Acessado em Acessado em 13/07/2013

<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2013/07/1310677-dilma-cede-a-pressao-dos-ruralistas-e-rifa-os-direitos-indigenas-diz-antropologa-da-usp.shtml> Acessado em Acessado em 13/07/2013

ANEXOS – RELATO E ENTREVISTAS

ANEXO 1: Entrevista com Noel Patrocínio, professor aposentado e filho de André Patrocínio que, em 1930, foi ao Rio de Janeiro com uma comissão de indígenas do Buriti, contestar a demarcação das Terras pelo SPI.

ANEXO 2: Entrevistas com Alberto França Dias (**AFD**), professor, guerreiro e líder das retomadas, Janes Reginaldo (**JR**), guerreiro e líder na aldeia Água Azul, Sueli Firmino Delgado (**SFD**), professora e guerreira, ferida à bala de borracha no conflito de 2013 e Éder Alcântara de Oliveira (**EAO**), mestre em História, vereador e guerreiro.

ANEXO 1 – Relato do ancião Noel Patrocínio

André Patrocínio, meu saudoso pai, teve e tem um papel fundamental na luta pela reconquista dessas 17.000 hectares que está prestes a ser concretizada, uma vez que já temos 95% conquistado. Meu pai fez parte dessa reconquista porque era amigo e homem de confiança do primeiro cacique desses 2090 hectares, o cacique Joaquim Teófilo. Quando o SPI mediu esses 2090 hectares não era essa a área que a comunidade queria, era uma área muito maior. A equipe que veio do SPI (deve ter sido uma equipe) demarcou esses 2090 hectares e entregou ao cacique e quando o cacique ficou sabendo da extensão da área demarcada, disse que não era essa área que a gente queria, era muito maior. Mas a equipe tinha concluído o trabalho dela, tinha colocado os marcos, fazer o quê? Logo em seguida, o cacique Joaquim Teófilo chamou os amigos dele e seus companheiros e falou: “Não é essa área de 2090 de terras que nós queríamos, é muito mais, essa aqui dá pra nós porque somos poucos ainda aqui hoje, mas, quando vierem nossos netos e bisnetos e tataranetos, não terão um lugar para levantarem um “beira-chão” pra eles morar e plantar. Então, eu preciso, André, mandar uma comissão lá para o Rio de Janeiro”, disse o cacique, “para falar com o chefe do SPI, e reclamar pra ele que a terra que foi medida pra nós é muito pouca, não é essa área que nós queremos e precisamos, só que eu não vou André”. E meu pai perguntou: “Mas, por que você não vai?” Ao que ele respondeu: “Porque eu não sei conversar André.”

Eu acho que o cacique Joaquim Teófilo era analfabeto. Mas, mesmo assim ele não falou ao meu pai André que ele faria parte dessa comissão. E continuou: “Eu preciso mandar, André, esses companheiros, mas não tenho recursos, precisamos dar um jeito e temos que ir logo, não podemos deixar isso esfriar”. Meu pai disse o seguinte; “Então, cacique, forme a sua comissão, escolha os companheiros e deixa a parte do recurso pra mim, que eu vou providenciar”. E ele retrucou: “Mas André, como você vai providenciar esse recurso?” E meu pai continuou: “Eu tenho aí uns tourinhos, separo alguns e vou vender e apurar esses recursos pra você mandar essa comissão”. E o cacique, surpreso respondeu: “Mas você faz isso?”, e meu pai: “Eu vou fazer. Pode formar a comissão.” A partir daí meu pai separou os tourinhos que ia vender e os vendeu para um fazendeiro chamado Zeca Ananias, dono de uma fazenda que atualmente está localizada dentro desses 17.000 hectares. Meu pai foi até a fazenda dele e ofereceu os touros e o fazendeiro falou: “Eu compro porque você está precisando vender”. Meu pai pegou o dinheiro e deu ao cacique Joaquim Teófilo, que disse: “agora é só marcar o dia para a viagem”. O cacique já havia escolhido a comissão para ir até ao Rio de Janeiro e o meu pai foi um dos escolhidos.

Foram em três. Eu me lembro do nome do terceiro foi um tal de Ernestinho, mas aqui na aldeia naquela época tinha mais que um Ernestinho. Os nomes que eu lembro que meu pai falou foram de André Patrocínio, o meu pai, e o saudoso “tio Bastião”, Sebastião Delgado. O “tio Bastião” tinha uma caligrafia que era uma maravilha, conversava muito bem e dominava fluentemente o idioma terena.

Muito bem, formada a comissão e apurado o dinheiro para a viagem o cacique Joaquim Teófilo mandou os homens para o Rio de Janeiro. Calcula esse tempo em que estamos vivendo com toda essa tecnologia, mas, e naquele tempo? Para sair daqui da aldeia Buriti para pegar o trem que vinha de Corumbá, daqui a Campo Grande, ou iam de carreta ou, então, a cavalo. Foram então a cavalo para Campo Grande, onde pegaram o trem, gastavam pouco mais que um dia de viagem, pois, era o único meio de chegar até lá. Nem existia ônibus por aqui e o cavalo era o principal meio de viagem. Imagina sair da aldeia Buriti e ir ao Rio de Janeiro? Saíram no escuro, mas tinham que ir. Quem iria no lugar do índio pra defender os direitos do índio, o desejo do índio e o desejo que eles tinham seria um direito?

O índio é o habitante primitivo desse chão brasileiro de norte a sul, de leste a oeste. O que é que tinha até 22 de abril de 1500? Quem é que vivia aqui? Existia alguma edificação nesse chão que, até então, não tinha um nome e a partir do dia 22 de abril de 1500 passou a ter o nome de Brasil. Quais eram os habitantes, quem os brancos encontraram aqui? Além dos brancos, quem assistiu a primeira missa no Brasil? Índios. E não foram chegando assim “de boa” para assistir a primeira missa, alguns com muito receio foram se aproximando, outros, escondidos no meio da mata, porque não conheciam o branco.

E nessa ida ao Rio de Janeiro eles foram ouvidos, mas não deram credibilidade à fala dos Terena.

ANEXO 2 – Entrevista com os guerreiros

TP - Você participou da retomada em 2008 e 2013?

AFD – Sim, participei como um dos líderes de nossa comunidade, trabalhando em busca de nossos direitos constitucionais e um desses direitos é a questão dos nossos territórios tradicionais. Criaram as reservas indígenas não respeitando o nosso território e ao longo desses anos a gente tem esperado que o governo e a justiça resolvessem a situação da demarcação de nossas terras. Como isso não aconteceu, a comunidade resolveu fazer a retomada e, como membro da comunidade e líder também fui junto nas decisões dessa comunidade, então, participei não só dessas duas retomadas mas desde o início das lutas, pois vimos aí uma forma de lutar pelos direitos que temos constitucionalmente.

JR – Foram várias, fora no Mato Grosso, lá nós temos uma comunidade Terena. Mas aqui nas Terras Buriti foram várias e isso como vários movimentos. Essa agora de maio de 2013 ficou marcada por uma triste história de dor e luta e com certeza vai marcar a nossa geração.

SFD – As retomadas acontecem assim: primeiro vão os homens à frente e depois que tudo estiver mais calmo, aí sim nós mulheres vamos para montar as barracas improvisadas no meio das matas. Eu participei nas retomadas de 2008 e 2013, na de 2008 participei com o meu marido, e nessa de 2013 participei sem ele, com os nossos guerreiros.

EAO – Eu comecei a participar das retomadas recentemente, mas elas vêm, na prática, desde 2000, partindo das lideranças das Terras indígenas Buriti, e envolvendo toda a comunidade. Por meio das reivindicações dos anciãos, lideranças e aumento de população. A partir daí começa um estudo antropológico com exigência da comunidade junto à FUNAI, que é o seu órgão competente, para que seja revista essa questão da terra tradicional. Surgem daí dois estudos que comprovam a extensão e posse indígena dessas terras e vem à portaria. As retomadas acontecem porque a justiça havia parado no momento em que foi declarado como terra indígena. Por isso começaram as retomadas das comunidades em várias regiões das terras indígenas Buriti, e acompanhando essa comunidade, percebo o aumento crescente da população da onde concluo que eles precisam se unir e se agrupar, partindo em busca de defender os interesses da comunidade, ação essa iniciada em diversas áreas que foram demarcadas.

TP - O que o levou a participar dessas retomadas?

AFD – *O que nos faz buscar esses direitos adquiridos pelo nosso povo é pensar nas gerações futuras dos nossos filhos, é pensando nos jovens. Hoje nós estamos aqui com 5.000 indígenas em uma área de 2090 hectares e isso, para a sobrevivência do nosso povo, é muito difícil, por isso estamos retomando essas áreas de 15.000 hectares que pertence ao nosso povo sempre pensando nas gerações futuras.*

JR – *O aumento da população da aldeia, a geração atual que cobra muito nossa tomada de posição diante das narrativas dos nossos ancestrais, que dizem: “Aquele terra é nossa”, “Nós vivemos ali e nos atropelaram dali no passado...” Isso nos levou à ação das retomadas em busca das terras por direito, terras essas que pertenceram aos nossos antepassados, terras que são nossas também.*

SFD – *Temos uma organização aqui em nossa comunidade de liderança e professores e desde 2000 estamos em busca das retomadas daquilo que nos pertence e pertenceu aos nossos avós e bisavós. Estamos nessa caminhada em um consenso comum. Quando o cacique abraçou a nós os professores e, com ele, a comunidade, nos juntamos porque lutamos por algo que é nosso. Não estamos roubando ou tirando do fazendeiro. Foram eles que no passado fizeram com que nós ficássemos com esse pedacinho [de terra], agora estamos retomando aquilo que pertencia aos nossos antepassados. Hoje a nossa terra aqui é muito pouquinho pra cada pessoa e até pra morar já está ficando apertado aqui em nossa comunidade. A terra está muito gasta e nós precisamos de terras novas para plantar e que essas terras possam dar bons alimentos para a nossa comunidade. É da terra que tiramos o nosso sustento, é dali que os pais sustentam a família. Nós professores somos a minoria, nós temos o nosso salário, o nosso dinheiro e não dependemos exclusivamente do plantio para sobreviver, isso se fossemos olhar como o “branco” vê, de forma individualizada. Na comunidade não pensamos no individual, nós pensamos no coletivo, não é porque sou professora e tenho meu trabalho, o meu dinheiro, pronto está bom! Estou no meu pedacinho aqui, mas e os outros? Nós aqui na comunidade olhamos para a maioria, a grande maioria não é de assalariados, e passam necessidades, e de onde a comunidade vai tirar o sustento? É da terra, que produz alimentos para dar de comer aos seus filhos. É triste ver os filhos passando fome, não tendo um arroz e feijão... A carne não tem todos os dias, mas e o básico? Se não temos terras pra plantar como vamos ter o básico?*

EAO – *Quando você está dentro de uma comunidade que tem tradição e cultura e vê que ela está se acabando devido àquela fonte de vida que é a terra, e está legalmente em processo no formato que o não indígena pede, nós que temos que erguer o braço e ir à luta. Porque nós temos uma sociedade que exige respeito, e para que possamos ser vistos como os originários dessa terra, precisamos mostrar a cara, e o povo indígena das Terras Buriti se uniu e foi pra essas retomadas mostrando à sociedade não indígena que existe um povo diferenciado e organizado.*

TP - Como foram organizados os preparativos (treinamento para a retomada)?

AFD – *Não existem treinamentos, existem reuniões, existe aí talvez uma “paciência da espera”. Não são apenas 13 anos de quando se iniciou as retomadas, mas existem aí, ao longo de muitos anos, anciãos que já se foram e que já buscavam pelos seus direitos. Então, a questão é a falta de empenho do próprio governo. Não há treinamento, mas sim a vontade de buscar aquilo que achamos ter por direito.*

JR – *Na verdade as ações foram discutidas em reuniões, às vezes de dia, à noite e durante as madrugadas. Por isso, a importância de nossa caracterização das pinturas para fazer esses enfrentamentos. Temos uma garantia constitucional do nosso jeito de ser e viver e não podemos perder isso. Hoje como é falado, “tem que ser preto no branco”, devemos estar preparados para discutir com o Governo e o Estado de como encaminhar essas ações da retomada.*

SFD – *Nós temos uma organização, preparativos, treinamentos pra uma divisão de tarefas entre os homens e as mulheres. Antes, a nossa parte [as mulheres] era somente na água e fazendo o alimento, hoje não, hoje nós estamos juntos, não tem como ver os nossos guerreiros, nossos filhos, nossos pais e maridos lá na frente da batalha sem nos juntarmos a eles, nós mulheres fazemos parte da comunidade. Existe sim uma organização, e tem coisas que não podemos falar...*

EAO – *Eu diria assim: preparação e treinamento. O índio que vive da experiência da natureza sabe das necessidades. Ele não foi pra luta com os ex-proprietários das terras, e sim pra luta do plantio da terra, a partir do momento em que ele se prepara para dar uma vida de tradição para o seu povo. A sua preparação é de fortalecimento da cultura por meio do seu território.*

TP - Quantas pessoas participaram?

AFD – *No início nós éramos, só daqui do Buriti, 90 homens que tinham famílias fora jovens, adolescentes e outras comunidades também. Não sabemos a quantidade “x” de pessoas. Contávamos no início com os 90, como eu já disse, e, medida que foi havendo outras retomadas, esse número foi crescendo cada vez mais.*

JR – *Na época eram 7 aldeias e hoje são 12 aldeias, praticamente fomos todos envolvidos.*

SFD – *De 2008 foram poucos, agora a de 2013 a participação foi maciça. Nós temos aqui no Buriti 9 comunidades e agora aumentou para 12 comunidades, todos da nossa comunidade participaram, do “mamando ao caducando”. Foi um processo que assustou até a nós mesmos, não sabíamos que a força que nós tínhamos era tanta para conseguir trazer. Nas retomadas os grupos vão mas, separadamente, e isso aconteceu até em anos anteriores, mas, separadamente, um aqui, outro ali e outro lá. Dessa vez não, 2013 foi o ano em que as comunidades se abraçaram e se doeram umas pelas outras (não que isso não tenha acontecido nos anos anteriores), mas esse ano de 2013 foi mais e, infelizmente, culminou com a morte de um guerreiro nosso.*

EAO – *Diria assim: envolve toda a comunidade de 5000 indígenas da qual hoje a terra indígena Buriti é composta e quem vai pra uma retomada, é lógico, são os pais, mas quando há ação, quando e a gente vê que está ficando mais burocrático, aí se envolvem crianças e mulheres e todos os familiares, enfim nenhuma dessas pessoas envolvidas é forçada pelas lideranças a participar, o fazem por uma questão de sobrevivência da família. E isso acaba envolvendo um todo. Nas primeiras retomadas podemos dizer que vão os guerreiros e esses são os homens da tribo, a partir da construção das moradias é que vai a família formando ali o grupo da comunidade. Nessa de 2013, com o aumento da população, tivemos 12 comunidades que fazem parte das terras indígenas Buriti, todas formadas a partir das primeiras retomadas. Algumas moraram nas áreas e começaram a se organizar com a única justificativa de que estão no direito do uso da terra. E em 2013 começou a união de todas as lideranças e comunidades.*

TP - Como foi o conflito com os policiais?

AFD – *Nós tínhamos um acordo firmado com o governo do Mato Grosso do Sul e com os parlamentares do Estado de que faríamos uma comissão pra irmos e juntar nossas forças, tanto deles como a nossa aqui das lideranças de nossas comunidades para buscar uma solução do Governo Federal e ainda como os proprietários rurais. Fizemos esse acordo e fomos a duas reuniões e concordamos com a escolha de representantes nossos. Esses acordos foram quebrados, onde a bancada ruralista do Estado foi ali querendo pressionar o Governo para a não demarcação das Terras Indígenas Buriti e dentro do Mato Grosso do Sul e ainda os representantes dos pecuaristas fizeram a mesma coisa e acabaram quebrando o acordo que nós tínhamos e, por isso, a comunidade resolveu resistir. Houve a reintegração de posse pelo mandato do juiz e a comunidade resolveu não sair da área porque pensamos que o juiz iria se sensibilizar pela causa, mas não; não houve e por ser um feriado, acredito que dificultou um pouco isso tudo, não havendo uma negociação. Os policiais vieram pra retirar mesmo as pessoas que estavam ali naquela localidade, naquela fazenda, e houve o embate, onde tivemos uma grande perda irreparável que foi a morte do Oziel Gabriel e muitos feridos da nossa parte. Enfim, a nossa luta é essa de resistência e mostrar ao Governo do Estado que nós não estamos brincando porque temos assegurado nosso direito sobre a terra, e isso o novo movimento conseguiu assegurar nessas leis que regem em nossa Constituição Brasileira. O movimento indígena se não firmar os pessoas e mostrar ao Governo e ao Estado que nós estamos aqui e que nós existimos as pressões virão como essas que vieram matando, machucando através de uma policia violenta e despreparada na questão indígena. Mas nós vamos estar sempre resistindo à essas investidas em busca daquilo que nós sempre falamos, aquilo que temos convicção: a luta de um povo por seu espaço, território de direito, respeito e dignidade de vida para as nossas gerações futuras.*

JR – *Na verdade, observando de perto, eu acredito e entendo também que essa ação do Governo foi uma determinação que veio lá de cima. Mas nós insistimos no nosso direito de discutir e debater. Isso se houvesse um diálogo por parte da segurança publica e da policia do Estado.*

Esse fato triste que resultou na morte do guerreiro Oziel e outros que sobreviveram mas ainda estão em processo de recuperação de sua saúde, bem como vários outros feridos menos graves, foi muito estranho porque, enquanto o governo falava em diálogo com o nosso povo, ao mesmo tempo vitimou pessoas com violência e morte. Esse fato vai ficar marcado pra sempre na história do nosso povo, essa tragédia que aconteceu. A policia foi muito violenta, e nós não esperávamos que fosse assim.

SFD – Foi um conflito muito triste. Os Policiais Federais foram impiedosos dessa vez. Já tivemos outras retomadas com comunidades de outras regiões onde aconteceram seminários, debates, e a gente sabe que teve um acordo pra tentar conversar e convencer só que nós, aqui no Buriti, não fomos felizes nessa parte, porque não houve acordo. Eu era uma das pessoas que estavam à frente e vi quando o delegado da Policia Federal chegou e simplesmente falou assim: “Nós estamos aqui para cumprir o mandato de segurança de reintegração de posse”. Ele chegou e falou desse jeito, e isso com um monte de mulheres e crianças todos juntos. “Vocês vão sair?” O delegado falou. E nós respondemos: “Não vamos sair!” Daí, então, não teve mais conversa, simplesmente ele deu um sinal e pronto. Mandou atirar balas de borracha, jogar gazes. Sabemos que nessa ação foram contra a lei, eles não respeitavam ninguém, mulheres, crianças e mandaram balas e machucaram muita gente. Nos anos anteriores não teve tanta gente machucada como nesse ano. Lamentável a ação da Policia Federal!

EAO – Nós, povos indígenas, sabemos das legalidades das leis. Nas retomadas que fomos sempre cumprimos as leis e a ordem que determina a justiça, reintegração de posse. Eu acredito que tudo que ocorreu nesse período com a morte de um guerreiro e outro parente baleado foi devido à falta de preparação desses policiais. O delegado que liderou esse comando e que veio nessa última retomada da Policia Federal, com certeza, vieram despreparados no seguinte aspecto: ao verem ali o número de pessoas que estavam à frente (porque os demais estavam ao fundo plantando e outros gradeando), já chegaram sem manter um diálogo, e nós somos um povo de diálogo. Se eles dissessem que estavam ali para a reintegração de posse, acredito que a comunidade indígena sairia. Mas não, chegaram brutalmente atirando, inclusive em uma professora e seu filho. Então, quem não vai se revoltar, sendo que você vive em uma comunidade que tem amor um pelo outro?

Ninguém aceitou a forma com que a Policia Federal chegou nesse dia. Isso revoltou todos os guerreiros e foi quando ocorreu essa tragédia da morte do guerreiro Oziel. Foi falado que quem deu os primeiros tiros letais foi a comunidade indígena sendo que a própria mídia e a Policia Federal apreendeu dos indígenas apenas pedaços de madeiras, lanças, arcos e flechas. Então, fica a pergunta: E a justiça o que vai fazer, se a prova está nas mãos dela? Foi uma ação totalmente despreparada dos que exerceram a força (e com violência) nessa reintegração de posse.